

1 ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

2
3 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

4
5 REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2018

6
7 ATA NÚMERO NOVE

8
9
10 No dia 28 de Setembro de 2018, reuniu no edifício da Junta de Freguesia, sito no Campo das
11 Amoreiras, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência do seu presidente,
12 Amândio António Almeida Silva, coadjuvado por Sara Margarida Ferreira Madeira, primeiro
13 secretário e Maria Adelaide Ferreira Polónio, segunda secretária.

14 Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da assembleia:
15 Maria de Fátima da Cruz Alves Ferreira, João José dos Santos Sentieiro, Bernardo Gonçalo da
16 Cruz Passinhas, Jácome Graçoeiro Dantas, Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo, Maria da Luz
17 Peixoto Ferreira, Paulo César Lopes Ribeiro, Gonçalo Nuno Santos Fonseca, Ricardo Luís
18 Correia Martins de Barros Duarte, Francisco Fragoso Laplaine Guimarães. Às 21h00, constatada
19 a existência de *quorum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.

20 Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

21 A) Período de Intervenção do Público;

22 B) Período antes da ordem do dia;

23 C) Ordem do Dia:

- 24 1. Discussão e votação das atas número cinco (5) a oito (8) da Assembleia de Freguesia.
25 2. Apresentação, discussão e votação da proposta do Executivo para nomeação de
26 Revisor Oficial de Contas, nos termos do artigo 77.º, n.º1 da Lei 73/2013, de 3 de
27 Setembro.
28 3. Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao anexo 2 do
29 Regulamento de emissão de atestados, declaração de união de facto, certidões, registo
30 e licença de caniços e gatídeos, certificação de fotocópias e a respetiva tabela de
31 taxas e emolumentos.
32 4. Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao artigo 27.º do
33 regulamento geral de utilização e funcionamento da Piscina Municipal de Santa Clara
34 e respetiva tabela de taxas.
35 5. Proposta de protocolo de comodato com o IEFP.
36 6. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Junta e informação da
37 situação financeira da Junta de Freguesia.
38 7. Apresentação e votação da ata em minuta referente às deliberações tomadas.
39

40 **Presidente da Assembleia** Informou que a Sra. Presidente da Assembleia foi substituída segundo
41 o regimento, art.º 22, alínea 2, pelo Primeiro Secretário, passando a Primeira Secretária a Segunda
42 Secretária, a Sra. Sara Madeira e para Segunda Secretária a Sra. Maria Adelaide Polónio. Foram
43 substituídos os Srs. Luís Sande e Silva e Miguel Teixeira do PS pelos Srs. Bernardo Passinhas e
44 Maria de Fátima Ferreira. Foi pedido a suspensão do mandato do Sr. António Moreira da Fonte
45 da CDU, pelo que será substituído pela Sra. Maria da Luz Ferreira. Passou ao ponto A da Ordem
46 de Trabalhos – Período de Intervenção do Público. Deu a palavra à Sra. Maria da Conceição.

47 **Maria da Conceição** Pretendia saber qual era o motivo da Rua Tito de Moraes estar esquecida, é
48 esquecida para tudo, nos jardins, põem rebaixamento de passadeiras de um lado e no outro lado
49 não tem rebaixamento, os cidadãos se pretenderem com um carrinho de bebés ou com uma cadeira
50 de rodas têm que ir dar a volta para irem para o rebaixamento. As Festas de São Bartolomeu são
51 consideradas da Charneca, não é uma festa qualquer, é uma festa do padroeiro da Charneca, cada
52 vez está a ser pior, a Junta participou mas mereciam mais do que a Ameixoeira, eram das barracas
53 mas são gente, não estavam ali porque queriam, foram tirados dos seus bairros, a Sra. Presidente
54 da Junta só os conhece das barracas quando precisa, quando há eleições aí sabe ir à Tito de Moraes
55 porque precisa dos seus votos, se quiserem pôr um filho nos divertimentos que há por trás dos

56 prédios, os fios da eletricidade estão à mostra dos candeeiros de iluminação, o único divertimento
57 que há ali é um campo de futebol em que quem mora ali não dorme porque meteram ali um parque
58 de jogos em ferro, o que faz muito barulho, mora no lote 12 e a sua casa dá para o lado da estrada
59 e ouve quanto mais as pessoas que moram para o lado do campo de futebol, sentem-se
60 desprezados pela Sra. Presidente da Junta porque na Rua Tito de Moraes não têm direito a nada,
61 têm lixo que não é mandado tirar, foi preciso a própria telefonar à CML porque mandou um e-
62 mail para a Junta e a Junta não devolveu e viu que foi apagado, telefonou à CML e eles foram
63 buscar o lixo, perguntaram qual era a razão que a Junta não contribui a ir buscar as coisas que
64 metem no lixo quando não é despejado, pediu à Sra. Presidente da Junta que passasse um fim de
65 semana na Rua Tito de Moraes de sábado para domingo para ver se a Sra. Presidente da Junta
66 conseguia dormir, queriam lombas na rua porque ali fazem rali, tanto de motas como de carros,
67 não conseguiam dormir, exigiam umas lombas na Rua Tito de Moraes.

68 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. José Custódio.

69 **José Custódio** A sua intervenção tem como propósito o agradecimento aos funcionários desta
70 Junta de Freguesia porque no âmbito do projeto “Ruas Limpas, Ruas Seguras”, durante os meses
71 de Junho, Julho e Agosto asseguraram o programa, embora saibam que no mês de Junho a CML
72 não tem capacidade para o mesmo derivado às festas da Cidade, nos meses de Julho e Agosto
73 também não tiveram a capacidade e a Junta assegurou o projeto com viaturas e pessoal, em
74 Setembro já fizeram durante dois dias com as viaturas e o pessoal da CML, o programa que já
75 tem mais de um ano é sempre assegurado em parceria com os parceiros do grupo comunitário e
76 segurança como a Gebalis, associações de moradores, Polícia Municipal, a PSP, Junta de
77 Freguesia de Santa Clara e CML, o programa tem como finalidade o cumprimento de posturas
78 municipais no que concerne ao peijamento da via pública, mas como a CML tem tido dificuldade
79 na remoção dos monstros, foram fazendo esse trabalho, é difícil de trabalhar naquele território de
80 um dia para o outro já há lixo junto às vias, este projeto é para os PER 1, 2, 3, 4, 5 e 6, Quinta da
81 Torrinha, Galinheiras e Reguengo, realiza-se todos os meses durante quatro dias, isto quando tem
82 viaturas e pessoal da CML, a Alta de Lisboa também está a fazer o mesmo mas neste caso é o
83 promotor imobiliário, a SGAL é que assegura as viaturas e o pessoal. O pessoal da Junta que fez
84 os meses de Junho, Julho e Agosto por vezes sente-se ameaçado porque são funcionários da Junta,
85 que estão identificados e são ameaçados pela população como por exemplo “... estás a levar-me
86 o fogareiro, amanhã trato de ti...”.

87 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

88 **Presidente da Junta** A Sra. Conceição considera que morando na Rua Tito de Moraes, considera-
89 a uma rua esquecida, acusa a Junta de que a Rua Tito de Moraes é uma rua esquecida, a Rua Tito
90 de Moraes é uma rua inserida no projeto da Alta de Lisboa que está feito há quase duas décadas,
91 e como projeto urbanístico que é, a responsabilidade não é da Junta de Freguesia, os realojamentos
92 que foram feitos não são da responsabilidade da Junta, nem da estrutura da rua nem dos
93 realojamentos, o que é da responsabilidade da Junta de Freguesia é o lixo, a recolha do lixo é da
94 responsabilidade da CML, da responsabilidade da Junta são outros aspetos da Higiene Urbana
95 que são a varredura, o corte das ervas, o corte de canaviais, a lavagem das ruas, tudo o que seja
96 recolha do lixo e a recolha de monstros é da competência da CML, a recolha do lixo é um
97 problema que tem acontecido pela cidade de Lisboa, e a população tem-se sentido vítima dessa
98 deficiência, a Junta de Freguesia muitas vezes tem tentado colmatar essa falha com meios próprios
99 mas não sabe bem se deveria ou não fazer, a Junta faz a título de cooperação mas nunca por
100 obrigação, dizer que a Rua Tito de Moraes em relação ao contexto da Freguesia é uma rua
101 esquecida, quando esteve na presidência da Junta de Freguesia da Charneca, escolheu a Rua Tito
102 de Moraes para lá colocar os serviços sociais da Junta de Freguesia e ainda se mantêm e tem sido
103 aumentados com outras valências, nesses serviços sociais têm atendimento jurídico para a
104 população gratuito, têm consultas psicológicas, consultas médicas, consultas de terapia da fala,
105 um centro de apoio ao estudo para apoiar as crianças do 1º ao 9º ano nas disciplinas estruturantes
106 de Matemática e Português e várias outras coisas que vão acontecendo neste espaço que foi criado
107 para o efeito, herdaram aquele espaço em bruto que foi cedido pela Gebalis mas foi a Junta de
108 Freguesia que fez aquelas obras, a Rua Tito de Moraes foi privilegiada por excelência para se
109 colocar lá as valências sociais principais da Freguesia, em relação ao parque, quando o receberam
110 estava totalmente degradado, reabilitou-se aquele espaço e comparativamente com aquilo que se

111 recebeu qualquer semelhança é impossível de se fazer, o barulho que é feito pelos miúdos a jogar
112 à bola não é agradável para quem lá mora, não discutia isso, mas reabilitaram aquele parque e
113 está com condições que nunca antes teve, relativamente às festas de São Bartolomeu e a Freguesia
114 da Charneca, há um processo evolutivo em curso, o tempo não anda para trás, houve um processo
115 de reorganização administrativa, foi criada a Freguesia de Santa Clara e ela existe e enquanto
116 existe, é a instituição da Freguesia que há de ser reconhecida e aceite como tal, é a Freguesia de
117 Santa Clara, as festas de São Bartolomeu era de facto uma tradição na Freguesia da Charneca, ao
118 constituir-se a Freguesia de Santa Clara, com a aglutinação da Ameixoeira e da Charneca, tiveram
119 o cuidado de preservar aquilo que eram vários tipos e várias formas identitárias de uma e de outra
120 freguesia que lhe deram origem e as festas de São Bartolomeu foi precisamente um desses
121 elementos que tiveram em grande consideração, a Freguesia de Santa Clara foi constituída como
122 as demais freguesias de Lisboa no âmbito do processo de reorganização administrativa e do ato
123 eleitoral de 29 de Setembro de 2013, tendo início a 30 de Setembro de 2013, se a questão se
124 colocasse unicamente em termos da nova freguesia de Santa Clara, teriam feito as festas da
125 freguesia unicamente em torno desta data, era muito mais simples mas não fizeram nada disso,
126 tiveram em conta que as festas de São Bartolomeu que sempre se fizeram na última semana de
127 Agosto com uma componente semirreligiosa e semiprofana, e mantiveram-nas exatamente no
128 estilo que antes ocorria, se as pessoas acham que poderia ser diferente que constituíssem uma
129 comissão de festas e façam elas próprias uma proposta nos termos que entenderem, porque a Junta
130 de Freguesia faz o papel que na grande parte das localidades do país são os próprios moradores
131 que se organizam enquanto mordomos e organizam as comissões de festa, em Santa Clara também
132 poderiam fazer isso, tem lançado este repto várias vezes à população e nunca ninguém se
133 disponibilizou para encabeçar um grupo de pessoas com capacidade e boa vontade para levar por
134 diante um projeto destes de organizar as festas da Freguesia ou outros eventos, até hoje ainda não
135 apareceu algo com consistência, do ponto de vista da Freguesia procuraram abranger duas zonas
136 em apreço à Ameixoeira e à Charneca e as atividades que decorrem tanto na Ameixoeira como na
137 Charneca dependem das circunstâncias que encontram numa ou noutra zona, por exemplo no
138 Campo das Amoreiras há valências que podem ser utilizadas, as ações Praia-Campo têm partido
139 todas da Charneca, assim como tudo o que é natureza social era ali que havia a concentração de
140 pessoas, a Ameixoeira não tinha esses espaços e procuraram juntar tudo aquilo que havia e
141 organizarem-se de acordo com a nova realidade, quanto ao rebaixamento de passadeiras já se
142 fizeram algumas na Freguesia, outras estão em curso.

143 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Arq. Carlos Brandão.

144 **Carlos Brandão** O que aconteceu com aquela passadeira foi que começaram com a obra que foi
145 aprovada pela CML, mais tarde surgiu a hipótese de colocar uma ilha no meio da rua, como há
146 esse trânsito violento podia ser perigoso para as pessoas que paravam no meio da Rua Tito de
147 Morais, mais à frente no outro lado da rua está desalinhado, há uma passadeira que vai dar a um
148 passeio que está alto e tem um passeio rebaixado ao lado, um está alinhado com a arcada de um
149 prédio, e o outro está alinhado com a rua, a CML ainda está a resolver isso, o Sr. Eng. Paulo Maia
150 está sempre em comunicação com a CML, a CML mandou suspender a obra e estavam à espera
151 para verem qual era o projeto final para concluírem a obra.

152 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

153 **Presidente da Junta** Existe um protocolo entre a Junta de Freguesia e a CML para proceder a
154 intervenções no espaço público, designadamente no rebaixamento de passadeiras, identificam
155 quais os locais, propõem à CML os locais, elaboram os projetos e a CML analisa os projetos e só
156 depois da CML autorizar os projetos é que podem depois passar à fase seguinte de execução, é a
157 Divisão de Trânsito da CML é que pode dar a autorização, tanto que é o responsável por todas
158 estas intervenções na via pública, a Junta de Freguesia não tem competência para colocar ou tirar
159 lombas, colocar sinais de trânsito nem outro serviço da CML tem essa competência, porque são
160 regras de trânsito que disciplinam a circulação na via pública e tem que ser elaboradas por quem
161 detém conhecimentos técnicos e responsabilidade para as imprimir.

162 **Presidente da Assembleia** Informou que tomou o lugar da mesa o Sr. Gonçalo Fonseca dos CSC.
163 Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

164 **Presidente da Junta** O Sr. José Custódio fez uma observação em relação a um projeto que vem
165 sendo dinamizado pelo grupo comunitário e dentro do grupo comunitário o subgrupo da

166 segurança, esse projeto tem sido desenvolvido por várias entidades do grupo comunitário e que
167 se direciona à limpeza que se designou por projeto “Ruas Limpas, Ruas Seguras”, tem-se
168 desenvolvido ao longo dos meses também com a colaboração da população, também visando
169 implementar hábitos mais adequados, não era tarefa fácil mas tinha que se começar por algum
170 lado, tem também colaborado em trabalho de recolha que é da responsabilidade da CML, mas que
171 houve alguma dificuldade nestes meses e este grupo colaborou com a Junta de Freguesia em
172 vários locais da Freguesia durante vários meses a tentar minorar este problema, articulando com
173 a CML, por vezes não podendo funcionar quando não tivessem ali equipamento adequado, foi um
174 trabalho muito interessante, de grupos constituídos por várias pessoas e que têm dado resultados,
175 se a população no seu conjunto tiver esta postura de cooperação, uma atitude ativa direcionada
176 para a resolução dos problemas, estariam todos bem melhor do que chegar ali com uma
177 agressividade incrível, elogiava sinceramente e de uma forma reconhecida a postura do Sr. José
178 Custódio, não apenas pela colaboração que tem vindo a dar no grupo comunitário, como também
179 pela sua forma de expressar com uma atitude muito positiva e era bom que caminhassem nesse
180 sentido e agradeceu a colaboração.

181 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto B da Ordem de Trabalhos – Período Antes da Ordem
182 do Dia. Informou que foram rececionados sete documentos que serão discutidos em que os
183 proponentes poderão apresentá-los, todos os elementos receberam estes documentos e depois de
184 discutidos são colocados a votação, os documentos são quatro moções, uma do BE, duas dos CSC
185 e uma da CDU, uma recomendação do BE e dois votos do BE, um de pesar e outro de saudação.
186 O primeiro documento do BE é sobre a descentralização, o segundo documento é sobre o mercado
187 das Galinheiras, o terceiro documento é o voto de pesar pelo falecimento de Helena Lopes da
188 Silva, o quarto documento é o voto de saudação sobre a mobilização nacional de luta contra o
189 racismo 2018, o quinto e o sexto documento foram apresentados pelos CSC que são duas moções,
190 uma sobre a ReFood e outra sobre a recolha de resíduos urbanos, e o sétimo documento
191 apresentado pela CDU é sobre a transferência de competências. Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.
192 **Bruno Rolo** Em relação às questões levantadas pelo público, nomeadamente sobre a Rua Tito de
193 Morais, independentemente do Executivo poder justificar de alguma maneira as intervenções que
194 tem feito no espaço em questão onde há as reclamações, isso não inviabiliza nem invalida que as
195 reclamações existam e sejam legítimas e que eventualmente continuem a persistir os problemas
196 que as pessoas sentem diariamente, não lhe parecia que fosse satisfatória, só dizer que fizeram
197 várias coisas e que não estavam 100% de acordo com as críticas, era importante o Executivo ter
198 a humildade de registar as queixas, ver quais são as suas competências para melhorar os serviços
199 à população naquela área e outras, porque estas questões não são particulares da Rua Tito de
200 Morais, são transversais a quase todas as áreas de realojamento da freguesia e compete também
201 ao Executivo elencar, até percebia que pudessem esclarecer e devem fazê-lo a população de quais
202 as atribuições que a Junta tem e as que não têm, mas as que não têm e por várias vezes vem
203 referindo na Assembleia é que o Poder Local deve ser a primeira linha de representação da
204 população, dizer que há determinados problemas que são da responsabilidade da CML não resolve
205 em nada os problemas das populações e a Junta tem a obrigação de melhorar os serviços que tem
206 a seu cargo para resolver alguns problemas e os que não são da sua competência pressionar as
207 autoridade que têm a competência própria para o fazer, os bairros municipais estão bastante
208 degradados, apesar de serem bairros com menos de 20 anos de construção, não era só um
209 problema de antiguidade, é um problema de falta de manutenção, é um problema de falta de
210 preparação e programação de atividades para dar resposta às diferentes sensibilidades que vão
211 existindo e confluindo socialmente nos bairros, há questões de segurança, a questão do ruído
212 noturno era óbvio que a Junta não podia resolver esse problema mas podia informar a população
213 a quem é que tinha que se queixar quando há ruído noturno, que era um problema de segurança
214 pública, pode-se chamar as autoridades e se estas forem lá identificar os prevaricadores que estão
215 lá a jogar à bola até às 3 da manhã, o que calcula que não é agradável e também não é o único
216 sítio em Lisboa onde se joga à noite e perturba os vizinhos, há esse tipo de sensibilização, de
217 informação, a própria Junta pode contactar as autoridades porque muitas vezes, nestes bairros há
218 um estigma de contactar as autoridades e fazer as reclamações, por isso era importante que a Junta
219 tome a iniciativa de dar a cara junto da PSP e identificar estas situações como uma reclamação
220 recebida por municípios anónimos e não obrigar os municípios a muitas vezes terem que se dirigir

221 às autoridades e terem que se identificar, porque podem receber represálias, há uma série de
222 questões que se podem tratar se houver vontade, faziam votos que a Junta comece a ter mais
223 vontade e mais abertura e não virem dizer só o que fizeram, mas pelos vistos o que fizeram não
224 resolveu e têm que continuar a dar resposta. Em relação ao PAOD, pretendia dar uma nota à mesa,
225 em primeiro lugar lamentar a segunda ausência consecutiva da Sra. Presidente da Assembleia,
226 não foi justificada a razão e provavelmente não tinha que ser mas neste caso em particular
227 lamentavam a maneira como foi atendida a pretensão de se poder discutir um problema sério para
228 a Freguesia, no decurso nesse lamento apresentaram uma moção, o Sr. Presidente da Assembleia
229 deve fazer cumprir o regimento o melhor possível, mas pretendia propor uma melhoria formal na
230 apresentação das convocatórias, a discussão e votação das atas não é ordem de trabalhos, é no
231 PAOD, está no regimento, no artigo 41º, e é neste período que é destinado à discussão e apreciação
232 das atas, a convocatória está mal, como há aqui um intuito de fazer cumprir o regimento com
233 braço de ferro, também se cumpra o regimento noutras questões. A moção do PCP vai um pouco
234 ao encontro da pretensão que não lhes foi consagrada da marcação de uma assembleia
235 extraordinária, essa pretensão foi rejeitada por duas vezes, com dois argumentos diferentes, o que
236 demonstra a forma pouco segura como a própria Mesa deliberou sobre a questão, a partir do
237 momento que sai uma lei que é publicada em Agosto com prazo limite até 15 de Setembro para
238 deliberação, isto não era por acaso, o PS e do PSD cozinharam uma estratégia que sabendo já
239 antecipadamente que era polémica, resolveram publicar uma lei em Agosto, com um prazo
240 apertado para recusa ou não da aceitação da transferência de competências às autarquias até 15
241 de Setembro, quando era sabido que entre as férias de verão, com a falta de condições que por
242 vezes há para as autarquias, principalmente para as autarquias locais mais pequenas poderem
243 reunir antecipadamente ao dia 15 de Setembro, isto não foi por acaso mas independentemente
244 disso é que foi publicada a lei e os prazos foram decretados, e a CDU com um grupo eleito na
245 Freguesia fizeram um requerimento à Sra. Presidente da Junta com uma exposição que enviavam
246 a todas as bancadas, a dizer que isto era um assunto importante, consideravam que isto era um
247 assunto que podia ser prejudicial, era a posição do PCP a nível nacional mas também interfere a
248 nível local, porque esta Freguesia também vai estar abrangida pela legislação, nesse sentido
249 propuseram que se fizesse uma assembleia extraordinária para discussão desta matéria e
250 tencionavam apresentar uma proposta de rejeição da transferência de competências até ao prazo
251 legal em vigor que era dia 15 de Setembro, transferência de competência essa que será já para o
252 ano de 2019, depois há um segundo prazo legal que será até ao final de Março de 2019 que diz
253 respeito à aceitação ou rejeição para 2020 e a partir de 2021 a lei considera transferidas todas as
254 competências, quer queiram quer não queiram, o que lhe parece um pouco ditatorial, a primeira
255 parte da questão foi respondida, que essa situação não se aplicava porque o Diretor Geral das
256 Autarquias Locais e o Ministro da Administração Interna vieram esclarecer as autarquias e esta
257 resposta foi concertada, porque mandaram a mesma resposta para todos os requerimentos do PCP
258 em todas as assembleias de freguesia, foi uma resposta concertada entre o Governo e o seu braço
259 armado no terreno que são as autarquias locais do PS/PSD, e portanto esses argumentos foram
260 rejeitados, foi alertado que até a própria Assembleia Municipal de Lisboa, a arquiteta Helena
261 Roseta, presidente da Assembleia Municipal, foi alertada pelo grupo municipal do PCP para
262 incluir esta discussão num ponto da Ordem de Trabalhos e ela rejeitou precisamente com os
263 mesmo argumentos que a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia utilizou e depois
264 reconsiderou porque um parecer de um diretor geral ou de um ministro não se sobrepõe à lei
265 aprovada na Assembleia da República, portanto reconsiderando a posição do PCP agendou um
266 ponto de discussão, não sabe se foi aprovado ou se não foi nem lhe interessava, interessava-lhe
267 para a cidade de Lisboa, não lhe interessava para a Freguesia em particular, o que não
268 compreendia é que a Sra. Presidente da Mesa lhes tenha rejeitado a pretensão com um argumento
269 que não pega, assim como não pegou na Assembleia Municipal, e depois quando fizeram um
270 reforço do pedido, foi-lhes respondido que eles não tinham quórum para marcar uma assembleia
271 de freguesia, conheciam o regimento e não queriam marcar uma assembleia de freguesia
272 obrigando que estavam a sensibilizar a Mesa e as outras forças políticas que havia um assunto
273 importante para o futuro da Freguesia e que era importante os órgãos eleitos discutirem o assunto
274 e tomarem uma posição sobre ele, era muito mais fácil não discutir e foi rejeitado novamente o
275 requerimento que apresentaram com base nesse pressuposto de que não tinham quórum e por isso

276 não marcaram, e por isso apresentaram uma moção para repudiar a deliberação da Mesa de não
277 ter marcado uma discussão aberta e democrática para troca de opiniões e votação de possíveis de
278 posições que a Junta de Freguesia podia tomar sobre esta matéria, o segundo ponto é que no
279 entendimento da CDU, a Assembleia possa manifestar a vontade de não aceitar a transferência
280 para 2019 e também em 2020 que pelo menos essa ainda iam a tempo e marcar posição e saber o
281 que as bancadas dos outros partidos têm a dizer sobre esta matéria, porque mesmo que o prazo
282 tenha expirado e admitindo que o prazo foi prorrogado por mais um mês, queriam discutir e saber
283 a posição formal para ficar registado em ata a posição de cada força política e que depois terá que
284 responder por isso quando as transferências de competências que por exemplo terem que ter uma
285 loja do cidadão e é a Junta de Freguesia que tem que pôr essa loja do cidadão a funcionar com
286 meios humanos e materiais, e depois uma Junta de Freguesia em que já foi muito falado que
287 empolou tanto os recursos humanos que já está em causa os recursos financeiros a médio e a longo
288 prazo já podem estar em causa, apesar da Sra. Presidente da Junta achar que há sempre folga de
289 tesouraria, mas a folga de tesouraria é como nos bancos, até acabar o dinheiro há sempre folga de
290 tesouraria, quando não há dinheiro não cai lá mais nenhum, quando uma questão destas pode
291 comprometer a médio e a longo prazo, a autonomia financeira da Freguesia e a Mesa não sabia
292 se o Executivo tomou alguma posição, desconheciam mas por lei tinha que ser a Assembleia de
293 Freguesia a tomar essa posição, se o Executivo não pediu à Mesa para marcar a assembleia para
294 discutir essa matéria, em concreto não tomou uma posição formal, podiam vir dizer que
295 concordavam ou não mas formalmente se quisessem tomar uma posição consubstanciada
296 legalmente podiam requerer uma assembleia e não requereram, a Mesa não requerer, a CDU fez
297 um pedido e não foi atendido e com a votação da moção que apresentaram saberem qual é o
298 posicionamento de cada força política para memória futura, porque quando esta situação começar
299 a dar problemas, não vai ficar caído no esquecimento quem é que se preocupou e quem não se
300 preocupou com esta matéria, saudou a posição do BE que também representaram uma moção
301 dentro do mesmo âmbito que vai ser votada favoravelmente por eles bem como as recomendações
302 e votos de saudação tanto do BE como dos CSC, de uma forma geral revêm-se nestas posições.

303 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

304 **Paulo Ribeiro** Pretendia ser esclarecido acerca das pessoas que estão a ser substituídas se fizeram
305 a sua substituição formal, tinham que verificar o elemento a seguir na lista e por isso pretendia
306 saber se as pessoas que estão a substituir os membros que não estão, se estão legalmente na
307 Assembleia. Sobre a intervenção dos moradores, estes são uma peça fundamental na Freguesia,
308 porque acabam por ser os fiscais que a Junta não tem, ou se tem não vêm ou se vêm, é sempre
309 nos mesmos lugares, os problemas que a dona Conceição trouxe são problemas que se mantêm
310 desde a campanha do ano passado, ela falou na Rua Tito de Moraes mas o problema que falou é
311 na realidade a Rua Luís de Sá, que fica nas traseiras da Rua Tito de Moraes, em que tem candeeiros
312 com fios à mostra, a Sra. Presidente da Junta disse que era com a CML, e então a Junta não podia
313 ajudar? O jardim está completamente abandonado, isto era com a Junta, onde devia haver calçada
314 à portuguesa, há terra, tudo o que se debate nesta Assembleia nunca é com a Junta, é tudo com a
315 CML, é tudo com a EDP, nas Galinheiras não sabia se já tinham feito canalizações, era com a
316 EPAL, ou seja tudo o que se passa nesta Junta os moradores não podem vir ali pedir ajuda, tem
317 que ir diretamente às instituições, têm que ir munidos de fotografias, têm que mandar e-mails,
318 para isso têm que ter internet para fazer chegar a voz deles às instituições aonde têm uma Junta,
319 que é o poder político mais perto da população que os teria de representar, mesmo não sendo da
320 sua competência, nem que seja para fazer um GOPI, estas pessoas têm graves dificuldades para
321 pagar a sua renda, quanto mais ter um computador com internet em casa para ir ao site “A Minha
322 Rua”, ao site da CML fazer uma reclamação e os argumentos são sempre os mesmos, o lixo à
323 volta dos contentores é com a CML, concorda, um saco que está à volta do contentor é com a
324 CML mas se pegar no saco e mandá-lo para o meio da rua, é varredura, que é da competência da
325 Junta, se calhar as pessoas têm que começar a meter os sacos no meio da rua, porque assim já é
326 da competência da Junta apanhar, se vier um cão e espalhar um saco, quem tinha que varrer era a
327 Junta e não a CML, mas depois iam ao Parque de Santa Clara em que as pessoas também sujam
328 e não se vê uma beata no chão, gostava de saber porque é no Parque de Santa Clara não existe
329 uma beata, uma erva nem um papel no chão mas depois iam à Rua Varela Silva e à Avenida
330 Glicínia Quartín, aquilo era o fim do mundo porque era com a CML, mas os mesmos monos

N
S
H

331 deixados em Santa Clara, alguém os apanha, a CML se não apanha num lado também não apanha
332 no outro, por isso achava que havia duas freguesias, a freguesia do turismo e a freguesia esquecida
333 que ninguém sabe, ninguém vai lá ver nem ouvir as pessoas e era essa freguesia devia ser a mais
334 apoiada, porque os problemas de Santa Clara centro não são os mesmos problemas de Santa Clara
335 onde as pessoas têm graves problemas de realojamento, de prédios que não têm elevador, de que
336 as ruas não são limpas e depois a desculpa é sempre a mesma de que as pessoas é que sujam, é
337 claro que as pessoas sujam mas se o lixo estiver lá várias semanas, é lógico que o lixo puxa lixo
338 e tinha fotos a comprovar que os contentores estão completamente cheios, uma pessoa que saia
339 de casa com o saco do lixo e chega a um contentor que está cheio tem que o pôr ao lado do
340 contentor e é isso que está a falhar nesta Freguesia, que era o apoio aquelas franjas mais
341 desprotegidas e que continuam a ser esquecidas, e isto era um “habitué” da Presidente da Junta,
342 porque as próprias deliberações da Assembleia de Freguesia não são cumpridas, voltava a
343 relembrar as moções dos CSC aprovadas; as lombas na Rua Hein Semke, não existem; as lombas
344 na Rua João Amaral também não existem e aliado a isso ainda foram pintar a Rua João Amaral
345 com duas faixas para cada lado, tem uma descida acentuada com duas faixas para cada lado, nesta
346 rua já houve mortes, chegando ao fundo da Rua João Amaral, há uma passadeira em que a pessoa
347 atravessa e tem o mato à frente, tem que voltar para trás porque não pode atravessar e eram
348 situações que eram debatidas e expostas e não havia respostas e iam estar ali mais um ano e vão
349 estar a falar dos mesmos problemas e isto não avança, porque as pessoas têm que ser ajudadas, as
350 pessoas não podem ir à Junta e dizerem que isto têm que ir à CML, ou à EPAL, tem que haver
351 apoio da Junta, que é para isso que a Junta existe, a Sra. Presidente da Junta frisa sempre muito
352 bem as competências, que umas são da Junta e outras da CML mas a Sra. Presidente da Junta sabe
353 que a competência de abater árvores é da CML, e a Junta andou a abater as árvores da Rua Jorge
354 Sena, pretendia saber se teve autorização uma vez que é competência da CML, não discutia se era
355 bom ou mau mas foram os serviços da Junta que foram lá abater as árvores, se há competências
356 para umas pessoas e para as outras não há, esta Junta devia ser mais aberta à população, ser mais
357 ouvinte. Em relação às festas, era um tema que as pessoas têm vindo a debater, apesar da Junta
358 de Santa Clara ser a união da Charneca e da Ameixoeira, são duas áreas completamente diferentes,
359 a Charneca tem as festas de São Bartolomeu e a Ameixoeira tem as festas da Sra. da Encarnação,
360 as povoações têm que ser respeitadas, apesar de haver união de freguesias, as culturas, as festas,
361 as tradições têm que ser respeitadas e se a Charneca tem uma festa que se chama de São
362 Bartolomeu, não percebia porque se chamava de festas de Santa Clara, assim como a Ameixoeira
363 tem as festas da Sra. da Encarnação, não era por chamar à festa o nome do padroeiro que Santa
364 Clara ia perder a identidade. Em relação às moções, de modo geral iam apoiar todas as moções
365 de todas as outras forças políticas mas iam centrar-se nas suas, uma era sobre a recolha do lixo
366 que era um problema a nível da cidade, mas como estavam a representar Santa Clara esta
367 interessava, a CML tem que mudar o sistema de recolha do lixo, o sistema da recolha do lixo não
368 pode ser igual para a cidade inteira, há zonas que por várias razões produzem mais lixo que as
369 outras, essas zonas têm que ter recolha diária, e o argumento de que as pessoas é que sujam é um
370 argumento que começa a ficar gasto porque nos locais em que esse argumento é chamado à
371 coação, se forem ver esses contentores estão cheios, se estão cheios as pessoas têm que pôr um
372 lixo em algum lado, não podem voltar a casa com o lixo, se vissem contentores vazios, se vissem
373 uma recolha efetiva do lixo, aí as pessoas tinham que ser responsabilizadas, enquanto isso não
374 acontecer estavam a inverter quem era o responsável da situação atual, a outra moção tem a ver
375 com a ReFood, estava na Freguesia desde 2015, era uma instituição reconhecida por todos em
376 que esta Freguesia não dava apoio ao ReFood, não se compreende como é que uma freguesia com
377 tantas franjas de realojamento, a Junta não apoia a ReFood, não sabia se tinham alguma coisa
378 contra o Presidente do ReFood ou contra alguém do ReFood, mas como dizem na moção, desde
379 Alvalade ao Lumiar e outras freguesias que apoiam o ReFood, não sabia porque é que esta Junta
380 não apoiava, a moção tem as estatísticas do trimestre passado que acaba com um saldo negativo
381 de 550 euros, em que são os voluntários que pagam a gasolina, dão os carros, pagam a renda e
382 esta era uma situação em que a Gebalis podia isentá-los da renda, têm que pagar a eletricidade, a
383 água, os consumíveis e a oficina do arranjo dos carros e a Junta de Freguesia não tem um pouco
384 do orçamento, se calhar se tirasse um pouco do concerto da Cuca Roseta podia ajudar o ReFood
385 que era mais bem empregue porque a Freguesia não é só festas, há uma Freguesia escondida que

386 ninguém quer ver, um dia se quiserem fazer um passeio pela Freguesia que ninguém conhece,
387 podiam marcar que os levava lá.

388 **Presidente da Assembleia** A Mesa procedeu às substituições com base num documento escrito,
389 os quais foram rececionados na autarquia, três deles por e-mail e um, neste mesmo dia, pelo PCP,
390 não fazia sentido fazer substituições sem um pedido expresso do próprio e eles são substituídos
391 pelo elemento da lista disponível imediatamente a seguir. Deu a palavra ao Sr. Francisco
392 Guimarães.

393 **Francisco Guimarães** Sobre as moções do BE e do PCP acerca da transferência de competências,
394 o CDS-PP votará favoravelmente as suas moções, não por discordarem do princípio da
395 transferência de competências porque não discordavam, acreditavam no princípio de
396 descentralização mas sim pela forma como tem sido feito em Lisboa, estava à vista de todos a
397 forma como o Executivo Municipal realizou a transferência de competências para as Juntas de
398 Freguesia e há casos, como o da Junta de Freguesia de Santa Clara, em que as Juntas não souberam
399 responder a todos os anseios da população como o caso da Higiene Urbana, que era claro e
400 exemplificativo de como as coisas foram mal feitas e mal trabalhadas, em relação ao voto de
401 saudação contra o racismo do BE votarão contra, não por serem favoráveis ao racismo, antes pelo
402 contrário, mas sim por considerarem que este voto de saudação é um tanto ou quanto radical,
403 reconhecem que existem casos de racismo em Portugal mas não devem ser generalizados para
404 precisamente salvaguarda desses casos isolados que acontecem, não podiam defender que o
405 Estado, o poder judicial, os serviços de segurança sejam racistas, não podiam dizer que são
406 racistas e que fazem uma segregação da população com base na sua raça, o CDS-PP não acredita
407 nisso e gostava que o BE acredite que isso passa em Portugal dessa forma, isso não era certo e até
408 para as próprias vítimas de racismo fica um pouco estranho serem colocadas neste bolo, devem
409 distinguir a árvore da floresta e neste voto isso não acontece e por isso votarão contra, sobre a
410 recomendação acerca do Mercado das Galinheiras, votarão a favor, era algo que já estava no
411 programa eleitoral do CDS-PP, em particular as atividades que a Junta deve promover junto do
412 mercado e que não tem sido feito, sobre a recomendação e moção apresentada pelos CSC,
413 subscrevem ambas, achava estranho que a Junta não tenha um protocolo assinado com a ReFood,
414 se não tem, devia ter e fiscalizar a forma como esse protocolo está a ser executado, e sobre a
415 Higiene Urbana era fundamental por toda a Lisboa era uma das questões fulcrais deste momento,
416 e por isso votarão favoravelmente.

417 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

418 **Ricardo Duarte** Em relação às intervenções do público, começa a ser deprimente ouvir sempre
419 a mesma resposta, sabiam que a Junta há competências que não têm mas há uma que tem, que é
420 defender os fregueses e essa defesa pode ser feita através das suas competências ou através da
421 intervenção junto de quem as tem, não os surpreendia que a resposta seja essa, poderia estar a dar
422 os parabéns à Junta por finalmente estar-se a ver alguma coisa, em relação à recomendação
423 apresentada pelo BE e aprovada por unanimidade nesta Assembleia que foi os contentores
424 subterrâneos, pelo menos na Rua Maluda e nas Galinheiras estão a avançar, faltam as respostas
425 que não foram tendo ao longo do tempo por parte da Junta, foi competência de alguém que não
426 da Junta certamente, tendo em conta que a Junta não responde sempre e continua a não responder
427 e esperavam ter uma resposta nesta sessão em relação às medidas dissuasoras, tanto nas moções
428 dos CSC como na Rua Maluda, na Rua Hein Semke e também introduzida pelo público podiam
429 acrescentar a Rua Tito de Moraes, ou seja já começam a ser muitas ruas com este problema, ainda
430 que não seja competência da Junta, pelo menos digam concretamente o que é que foi feito.
431 Aparentemente a EMEL prepara-se para se expandir por toda a cidade, pretendia saber se a Junta
432 estava ao corrente deste processo, se há zonas ou se vai ser em toda a Freguesia. Em relação à
433 transferência de competências não o surpreendia que o CDS-PP concordasse, mas neste caso
434 específico não é pelas mesmas razões, porque até uma das razões e um dos problemas porque isto
435 está a ser feito é abrir um caminho muito célere para a destruição do Estado Social, passar as
436 competências para as Freguesias com dinheiro que provém do Estado Central é desresponsabilizar
437 totalmente o Estado sobre coisas tão importantes como a Educação como a Saúde ao seu nível
438 mais básico, como a Cultura, ou seja, é pôr nas mãos de um governo que não goste de determinada
439 zona e fecha a torneira, e depois era para ver como é que as juntas vão cumprir as competências
440 que têm atribuídas, isto que se está a fazer é muito grave, é um ataque que o PS e o PSD estão a

441 fazer ao Estado Social, portanto iam votar a favor do PCP nos dois pontos, de salientar também
442 que não percebem porque não foi possível fazerem uma assembleia para um tema tão importante.
443 Em relação das moções dos CSC, também estavam de acordo, mas com uma ressalva, ainda bem
444 que a sociedade civil faz este trabalho mas há que não esquecer que esta responsabilidade é do
445 Estado e não convém esquecer isto, já que o Estado não assegura isto, pelo menos que apoie, a
446 recomendação do mercado era importante porque estavam a falar de uma zona que para variar é
447 esquecida, estavam a falar de uma zona muito degradada, a maior parte das pessoas que passarem
448 lá nem sabem que o mercado lá está, a zona dos mercados são zonas de convívio que poderia ser
449 um polo agregador da população, era realmente muito importante fazer uma intervenção de fundo
450 naquele mercado, se não é da Junta que vissem com quem. Em relação ao racismo, é precisamente
451 pelos casos que existem que obviamente no país não estão a ser ostracizadas pelo racismo, ele
452 existe, pode até ser relativamente pontual mas ele existe e o que é importante é não fechar os
453 olhos e reconhecer que ele existe, porque a partir do momento em que fecham os olhos e fazem
454 de conta que nada se passa e que não existem agressões em algumas esquadras, não é em todas
455 mas existem, a partir do momento que fazem isso estavam a dar o espaço para que cresça e que
456 se torne realmente um problema na generalidade.

457 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bernardo Passinhas.

458 **Bernardo Passinhas** Sobre a moção acerca das transferências apresentada pelo PCP, o PS está
459 de acordo relativamente aos considerandos nos pontos 1 a 5 inclusive, relativamente às
460 justificações apresentadas pela Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, estão legalmente
461 corretas e fundamentadas já anteriormente, a Assembleia de Freguesia não tem que se reger por
462 opções de outras instituições, nomeadamente pela Assembleia Municipal, em relação ao voto nos
463 pontos apresentados será contra, nomeadamente o ponto 1 e o ponto 2, o PS estará disponível para
464 aprovar a moção desde que a proposta de deliberação seja redigida nos seguintes termos: "Exigir
465 ao governo a negociação prévia das competências a delegar e essas competências sejam
466 devidamente acompanhadas dos respetivos meios técnicos, humanos e financeiros",
467 eventualmente uma moção única de todos os partidos em termos de considerandos da parte
468 deliberativa, relativamente à moção da transferência de competências apresentada pelo BE
469 propõem uma votação ponto a ponto, manifestando que se a mesma for como está, será votada
470 contra nos pontos 1, 2 e 4 e o voto a favor nos pontos 3 e 5. Quanto ao voto de pesar pelo
471 falecimento de Helena Lopes da Silva, vão votar a favor e sobre o voto sobre a mobilização
472 nacional contra o racismo também será a favor, relativamente à recomendação feita à Junta de
473 Freguesia de Santa Clara sobre o mercado das Galinheiras, apresentado pelo BE, existe um projeto
474 de revitalização daquela zona que é uma AUGI que está a cargo da Arq. Cláudia Batista, a Junta
475 de Freguesia defende que o local seja um espaço de valência à população, por exemplo o
476 estacionamento ou um espaço infantil, desta forma considera-se que não se deve condicionar
477 qualquer resolução que choque com o projeto em curso e por isso votam contra. Relativamente à
478 moção sobre resíduos urbanos, apresentada pelos CSC propõem a votação ponto a ponto, votarão
479 favoravelmente o ponto 1.

480 **Presidente da Assembleia** Do que percebeu em relação à moção dos resíduos, votam o ponto 1
481 a favor e os outros contra.

482 **Bernardo Passinhas** Relativamente à alínea b) a Junta de Freguesia está continuamente a analisar
483 e a aperfeiçoar os seus métodos de trabalho, à Assembleia de Freguesia compete analisar os
484 resultados e não os processos de trabalho, os quais são da total competência do Executivo, os
485 pontos 2 e 3 a alínea b) e c) serão votos contra, em relação à moção apresentada pelos CSC sobre
486 o ReFood, propôs que passasse uma recomendação em vez de uma moção e se assim for o voto
487 será favorável mas convinha ficar clarificado as formas como a Junta pudesse cooperar com esta
488 instituição, porque na mesma não diz.

489 **Presidente da Assembleia** Questionou os proponentes das moções se aceitavam as propostas de
490 alterações apresentadas pelo PS. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

491 **Paulo Ribeiro** Não entendia o motivo pela qual o Executivo tinha receio de dar o plano de
492 trabalhos à Assembleia de Freguesia, se fizeram um requerimento à Mesa a Junta tinha que o dar,
493 não percebia estes medos de passarem informação, se fazem requerimentos as informações têm
494 que ser dadas, por isso não via qual era o problema de estarem a alterar pontos nas moções e isso
495 se continuar nesta Assembleia, e na sua opinião vai continuar com a convívência do PSD, vão

496 sistematicamente fazer requerimentos à Mesa e a Mesa vai ter que dar as respostas, porque todos
497 foram eleitos e entendia que ali não havia nada escondido, as coisas têm que ser claras, estava a
498 pedir que a Assembleia fosse esclarecida para poderem avaliar onde está o problema, se a Junta
499 limpa e se a Junta trabalha, não entendia porque é que havia tanto lixo, em relação à recolha do
500 lixo estava à vista de todos que é um problema do presente e vai ser um problema no futuro, a
501 CML não tem condições de tirar o lixo das ruas, centra-se mais nas freguesias da baixa de Lisboa
502 que acabam por achar normal porque é a pressão do turismo e não vem para o Lumiar nem para
503 Santa Clara, a Junta colocou no quadro 48 pessoas da Higiene Urbana, achava poucos para a
504 Freguesia mas estas 48 pessoas estão a varrer um cantão e se estão no local e vêm os sacos e os
505 monos, a Junta poderia e deveria, à semelhança de outras juntas começar a apoiar porque a
506 qualquer momento podem precisar da CML, neste momento a CML é PS e a Junta é PS, quem
507 deveria beneficiar com isto era esta Junta, iria ter uma população satisfeita, mas preferiam marcar
508 posição e dizer que era da responsabilidade da CML, nem que o lixo chegue até ao primeiro ou
509 segundo andar das pessoas, a Junta não mexe naquilo mas andam a varrer à volta do lixo, porque
510 há um limite, há uma linha que é da CML e outra que é da Junta, varrem à volta dos móveis,
511 varrem à volta dos sacos, de resto não tocam porque é da CML e era isto que não se compreendia,
512 por isso não iam alterar a moção, vão querer a votação que é para depois difundirem quem é que
513 não estava querendo ajudar à Freguesia, neste momento vai ser o PSD e o PS que não querem limpar
514 a Freguesia. Em relação à ReFood, as formas de poder ajudar a ReFood não quiseram ter essa
515 prepotência, a Junta é que tinha que definir, estavam a propor que a Junta apoie, dentro do seu
516 orçamento é que vai ver onde pode apoiar, deixava isso para a Sra. Presidente da Junta e o
517 Executivo definirem, não estavam ali contra o Executivo, muitas destas coisas podiam ser
518 resolvidas com reuniões prévias, com abertura de diálogo e abertura de ideias, mas esta Junta era
519 o “quero, posso e mando”, e com o apoio do PSD, por isso não ia alterar nada na moção e depois
520 ia nas ruas onde está o ReFood colocar na caixa de correio das pessoas dizer quem é que votou
521 contra esta moção, quem é que não quer alimentar as pessoas, porque o ReFood com 500 euros
522 de saldo negativo todos os meses que é pago pelo bolso deles, é os carros próprios, é a renda, água
523 e a luz, conseguem apoiar 75 famílias com 300 refeições e ao fim de semana ainda distribui por
524 outras instituições, agora imagine-se se tivesse o apoio da Junta de Freguesia.

525 **Presidente da Assembleia** A proposta era alterar a designação da moção para recomendação. Deu
526 a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

527 **Paulo Ribeiro** Podiam mudar para recomendação, mas o Sr. Bernardo Passinhas referiu que tinha
528 que constar qual era o tipo de apoios e isso é que não lhes competia, a Junta é que sabe a sua folga
529 e o que pode apoiar.

530 **Presidente da Assembleia** A proposta é alterar a designação de moção para recomendação, uma
531 vez que a própria moção recomenda. Os CSC aceitaram a alteração. Em relação à transferência
532 de competências há duas moções, uma do PCP e outra do BE e a proposta é fazer uma só conjunta
533 com todos os partidos, alterar o conteúdo. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

534 **Ricardo Duarte** Teria o mesmo peso se fosse aprovada por unanimidade, independentemente de
535 onde ela partiu, o documento que apresentaram, tanto como o PCP deu trabalho a ser feito, não
536 iam ter tempo útil para fazer isso e também não é um documento que possam adiar, por isso não
537 fazia sentido, podiam ser complementadas, não conflituam uma com a outra e daí não haver
538 necessidade de causar confusão ao juntarem-nas, não aceitou a votação ponto a ponto, é para ser
539 votada na íntegra, porque o ponto 3 sem os outros não faz sentido, vai ficar muito claro qual é a
540 posição do PS e por omissão a do PSD. Sobre a recomendação do mercado, aquilo estava assim
541 há anos, já sabia que iam votar contra e não lhes ficava nada bem essa posição. O ponto a ponto
542 também tinha a ver com o ponto 4, estavam a aguardar que saia o próximo boletim onde virão
543 várias coisas publicadas que foram aprovadas, a Sra. Presidente da Junta disse na assembleia que
544 não a podiam obrigar a fazer nada, já sabia que tinham ordem para votar contra o ponto 4, era
545 normal porque a Sra. Presidente da Junta acha que moções e recomendações em prol da Freguesia
546 são publicidade.

547 **Presidente da Assembleia** Perguntou à bancada do PCP se aceitava a proposta. Deu a palavra ao
548 Sr. Bruno Rolo.

549 **Bruno Rolo** Não lhes foi feita nenhuma proposta, foi proposto pelo Sr. Presidente da Assembleia
550 a fusão das duas moções, compreendia que o PS substituiu vários eleitos e provavelmente o Sr.

✓
\$
Roz

551 Bernardo Passinhas está a transmitir não a sua posição e por isso trouxe um texto estruturado que
552 é a posição formal do PS e nesse sentido ia dirigir-se à bancada dos eleitos do PS, não tinham de
553 estar de acordo com os considerandos do 1 ao 5 e depois não estar de acordo com o 6 e o 7, isto
554 não são considerandos, são factos, os eleitos do PCP solicitaram um agendamento de uma
555 assembleia extraordinária uma vez que a lei prevê que as autarquias que não pretendam a
556 transferência que a devem comunicar à DGAL, era um facto, não via onde o PS não se veria neste
557 considerando que não é um considerando, o ponto 7 “a Presidente da Assembleia vetou a
558 pretensão da realização da reunião extraordinária, negando a possibilidade através do debate e
559 envolvimento das diversas forças políticas de rejeitar a transferência como se vê por todo o país
560 o tal pacote denominado como descentralização que está longe de ser consensual mesmo entre os
561 partidos que sobre ele se entenderam”, isto é um facto, não há opinião, não é um considerando, é
562 a verdade, não conseguia compreender sobre a questão dos considerandos, conseguia
563 compreender a posição que é transmitida porque não votam a favor e é repudiar a posição da Sra.
564 Presidente da Assembleia porque não é obviamente uma posição da Sra. Presidente da
565 Assembleia, o entendimento é que foi uma opinião das bancadas conjuntas do PS e do PSD que
566 estão de braço dado na Freguesia, o que era perfeitamente normal manifestar a vontade de não
567 aceitar a transferência para 2019, também percebia e fica registado que a Junta de Freguesia de
568 Santa Clara não é contra a transferência de competências, aliás perguntou à Sra. Presidente e
569 agradecia que o Sr. Presidente da Mesa lhe desse a palavra que era para saber se a Junta tomou
570 alguma posição informal, porque formal não tomou nenhuma porque tinha que passar pela
571 Assembleia, em relação à fusão das moções ou eventualmente uma moção única, se o PS tem uma
572 proposta de considerandos e deliberandos, perguntava porque é que não apresentou uma moção,
573 querem condicionar as moções que apresentaram que foram recebidas antecipadamente, podiam
574 ter elaborado como o previsto no regimento que excepcionalmente e justificadamente pode-se
575 apresentar uma moção fora das 48 horas, o PS teve 48 horas para ver as moções do BE e do PCP
576 e trazer a esta Assembleia uma proposta consensual para tomar posição sobre o que é que a
577 Freguesia queria ou não queria, não era só uma posição de dizer que estavam dispostos ao diálogo
578 e à negociação, isso era tudo muito bonito mas no quadro legal atual em vigor estavam a favor ou
579 estavam contra e era isso que queriam saber, obviamente que os considerandos desta matéria tanto
580 os do BE como os do PCP que isto não era uma descentralização de competências, mas uma
581 desresponsabilização da Administração Central para as Autarquias Locais e nem sequer é
582 acompanhada pelos respetivos meios humanos e financeiros e não era preciso o próprio dizer, o
583 Sr. Rui Moreira, eleito como independente pelo CDS-PP à 2ª maior câmara do país também diz a
584 mesma coisa e se há coisa que o Sr. Rui Moreira não é, é comunista, nem perto e a resposta ao Sr.
585 Francisco Guimarães não era surpresa nenhuma que estivessem de acordo com as propostas deles
586 e até agradeciam muito, o que lhe parecia era que o CDS-PP de Assunção Cristas não é o CDS-
587 PP de Paulo Portas, o CDS-PP da oposição da câmara não é o CDS-PP que há cinco anos aprovou
588 a reorganização administrativa de Lisboa, porque o CDS-PP da altura foi a favor desta asneirada
589 que foi a passagem dos recursos da Higiene Urbana, mas ainda bem que reconsideraram, mas não
590 se esquecessem dos históricos, por isso é que tem ficar registado em ata, e por isso não retiravam
591 a proposta que apresentaram, os argumentos da rejeição do requerimento não se justificam, que
592 não dissessem que era de acordo com a lei, porque isso ninguém questionava, politicamente é que
593 têm que assumir a responsabilidade dos atos, não estavam a dizer que era ilegal não marcarem
594 uma assembleia, estavam a dizer é que era imoral as forças políticas que estão representadas no
595 Executivo têm a responsabilidade da gestão da Freguesia não tomaram a iniciativa de discutir um
596 assunto sério que é um órgão próprio para deliberar, nem sequer quiseram pôr à discussão e agora
597 vinham fazer semi-propostas de semi-moções e com isso não estavam de acordo, que assumissem
598 que não quiseram discutir e a Sra. Presidente não tinha imposição legal de marcar mas podia-o
599 fazer por requerimento da Presidente da Junta, que não houve, podia-o fazer por iniciativa da
600 Mesa, também não houve apesar de ter sido alertada pelo requerimento do PCP de que este assunto
601 devia ser discutido, o ónus está no PS e no PSD que apoia a gestão da Junta de não quererem
602 discutir esta matéria e se não querem assumir que não querem, se querem receber as
603 transferências, mesmo que estejam contrariados mas fazem frete, assumam que fazem frete, não
604 pusessem o ónus na oposição.

605 **Presidente da Assembleia** Os proponentes das moções não aceitaram as propostas apresentadas,
606 nem ponto por ponto, nem texto único numa moção nova, só foi aceite a moção que passa a
607 recomendação sobre o ReFood, apresentada pelos CSC. Passou à votação da moção pela não
608 transferência em 2019 das competências previstas na lei 50/2018, apresentada pelo BE, ao qual
609 foi rejeitada com 7 votos contra; 5 do PS e 2 do PSD e 6 votos a favor; 2 do PCP, 2 dos CSC; 1
610 do CDS-PP e 1 do BE. Passou à votação da recomendação do Mercado das Galinheiras
611 apresentada pelo BE, ao qual foi rejeitada com 7 votos contra; 5 do PS e 2 do PSD e 6 votos a
612 favor; 2 do PCP, 2 dos CSC, 1 do CDS-PP e 1 do BE. Passou à votação do voto de pesar pelo
613 falecimento de Helena Lopes da Silva, apresentado pelo BE, ao qual foi aprovado por
614 unanimidade. Deu a palavra ao Sr. João Sentieiro.

615 **João Sentieiro** Conheceu a Sra. Helena Lopes da Silva na luta anticolonial e depois acompanhou
616 a sua evolução em Cabo-Verde e depois em Portugal, de facto era uma personalidade excecional
617 que os deixa a todos mais pobres mas em particular as comunidades de Cabo-Verde e da Guiné-
618 Bissau.

619 **Presidente da Assembleia** Interrompeu os trabalhos para um voto de silêncio em memória de
620 Helena Lopes da Silva. Cumprido esse período, passou à votação do voto de saudação sobre a
621 mobilização nacional da luta contra o racismo, apresentado pelo BE, ao qual foi aprovado por
622 maioria com 12 votos a favor; 5 do PS, 2 do PSD, 2 do PCP, 2 dos CSC e 1 do BE e 1 voto contra
623 do CDS-PP. Passou à votação da recomendação sobre a ReFood, apresentada pelos CSC, ao qual
624 foi aprovada por unanimidade. Passou à votação da moção sobre resíduos urbanos, apresentada
625 pelos CSC, ao qual foi rejeitada com 7 votos contra; 5 do PS e 2 do PSD e 6 votos a favor; 2 do
626 PCP, 2 dos CSC, 1 do CDS-PP e 1 do BE. Passou à votação da moção sobre transparência de
627 competências, apresentada pelo PCP, ao qual foi rejeitada com 7 votos contra; 5 do PS e 2 do PSD
628 e 6 votos a favor; 2 do PCP, 2 dos CSC, 1 do BE e 1 do CDS-PP. Deu a palavra ao Sr. Paulo
629 Ribeiro para declaração de voto.

630 **Paulo Ribeiro** Sobre a moção do BE pela não transferência em 2019 das competências previstas
631 na lei nº 50/2018, a questão já foi levantada, ficavam sem saber qual era a posição do Executivo
632 da Junta de Freguesia, se era a favor ou se era contra, queriam saber a opinião da Sra. Presidente
633 da Junta se é a favor desta transferência de competências para a Freguesia, tal como disse o Sr.
634 Bruno Rolo estavam recetivos para uma assembleia porque cada vez mais os custos das freguesias
635 estão a aumentar a nível de pessoal e etc, na sua opinião a primeira transferência de competências,
636 as contas foram mal feitas, as competências que vieram não vieram com os meios monetários
637 suficientes para fazer face às despesas e nem com os meios humanos, estarem a abrir concursos
638 e contratarem pessoas, tudo isso tem um custo em que se já houvesse pessoas do quadro em que
639 a CML as pudesse transferir, pelo menos nessa parte as freguesias já podiam estar libertas desses
640 valores. Sobre o Mercado das Galinheiras, conheceu o mercado quando andou em campanha
641 eleitoral, é um equipamento que a Freguesia tem e está completamente subaproveitado, está
642 completamente vazio, são os próprios comerciantes que abrem e fecham o mercado, compram os
643 produtos para a limpeza da casa de banho em que a responsabilidade é da Freguesia. Em relação
644 à moção de recolha de resíduos urbanos que foi chumbada pelo PS e pelo PSD, também não sabia
645 qual era o problema em aprovar uma moção que estava à vista de todos, o lixo é um problema
646 não só de Santa Clara mas da cidade de Lisboa, estar a chumbar uma moção é um contrassenso,
647 se todos dizem que o lixo é um problema, que tinham que melhorar a recolha do lixo e a seguir
648 votam contra uma moção em que vai de encontro às pretensões de um modo geral, não
649 compreendiam mas se é preciso começar a fazer requerimentos, iam fazer requerimentos porque
650 vão ter que obter estas respostas. A moção do PCP “Transparência de Competências” fazia todo
651 o sentido, a Assembleia de Freguesia não tem que ser só chamada para aquilo que a lei permite,
652 que é aprovar os documentos, que é fazer aquelas quatro reuniões por ano, a Assembleia de
653 Freguesia tem várias forças políticas representadas, qualquer matéria que mexa com a Freguesia
654 não é um problema só da Junta ou do partido que foi eleito e que tem o apoio, é um problema
655 amplo e que se todos pudessem ter debatido esta moção e uma posição conjunta teria muito mais
656 força, esta lei parece que foi feita de propósito para passar despercebida, nem era a Junta que
657 estava a propor à Assembleia, era um partido representado na Assembleia, fazia todo o sentido
658 como a Assembleia Municipal fez em ter debatido este assunto, podia não ter valido de nada mas
659 a Sra. Presidente tinha uma força para dizer que tinham uma posição.

660 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Francisco Guimarães, para declaração de voto.
661 **Francisco Guimarães** Em relação às moções do BE e do PCP sobre a descentralização de
662 competências, tinha uma declaração de voto escrita que entregou à Mesa e que passou a ler uma
663 parte "... o CDS-PP não tem dúvidas que as autarquias locais têm constituído um veículo
664 essencial no domínio da descentralização de políticas e de desenvolvimento económico e social
665 das populações essenciais na oferta de serviços públicos de qualidade aos portugueses, integrando
666 a primeira linha mais próxima em áreas tão relevantes como a Saúde, a Ação Social, a valorização
667 e dignificação de equipamentos educativos e habitação social, o anterior governo desenvolveu e
668 implementou uma profunda reforma, nomeadamente no que se refere às atribuições e
669 competências às autarquias locais e das entidades intermunicipais através da Lei 75/2013, de 12
670 de Setembro, por outro lado no que se refere às áreas como Educação, Saúde, Segurança Social,
671 Cultura e Transportes foram aprovados diversos diplomas no sentido de efetivar a
672 descentralização destas funções sociais, aquela profunda reforma necessitava de ser aprovada,
673 tendo o atual governo, desde o início desta legislatura, assumido o compromisso e o concretizado,
674 no entanto o processo de descentralização conduzido pelo atual governo tem-se conduzido numa
675 grande trapalhada, com avanços e recuos, com prazos sistematicamente prorrogados,
676 indefinições, falta de estudos, análise e dados concretos, nomeadamente no que se refere aos
677 meios necessários para a descentralização de competências...".
678 **Presidente da Assembleia** A declaração de voto por escrito do CDS-PP será anexado à ata. Deu
679 a palavra ao Sr. Ricardo Duarte para declaração de voto.
680 **Ricardo Duarte** Em relação à descentralização, o Executivo deu a sua opinião através dos
681 membros da Assembleia que é claramente favorável ou no mínimo foi obrigado a ser favorável,
682 é normal as razões pelas quais o CDS-PP apoiou esta rejeição não sejam as mesmas que as deles,
683 o que queria que ficasse bem claro é que todos os que votaram contra estas moções são
684 responsáveis moralmente por mais um prego no Estado Social em Portugal, que se lembrassem
685 do que votaram neste dia, provavelmente foram obrigados a isso. Em relação à recomendação do
686 mercado, ao projeto que já tem vários anos em que vai ser feito algo mas não se faz nada e têm
687 um equipamento degradado, sem ser utilizado, onde se gastou algum dinheiro porque foram feitas
688 lá obras mal feitas e inúteis, não compreendia a posição do PS e do seu apêndice o PSD, e que
689 terá emanado do Executivo. Salientou que a sua camarada Helena Lopes da Silva teve mais uma
690 grande vitória, mesmo depois de falecer, que foi conseguir que o Executivo cumprisse algo que
691 foi aprovado nesta Assembleia, pelo menos o voto de silêncio foi cumprido.
692 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.
693 **Presidente da Junta** Sobre a transferência de competências ninguém obriga ninguém a nada e o
694 PS não a obriga e estava em querer que também não obrigava ninguém do PS que ali estão
695 representadas e os outros partidos falariam por si, não viu nenhuma obrigação em relação a
696 qualquer matéria e a esta também não, sobre o assunto em si em termos de transferência de
697 competências tem uma experiência recente de reorganização administrativa em que muitas coisas
698 foram muito boas porque obedecem ao princípio de que as decisões quanto mais perto estiverem
699 a quem se destinam, em princípio melhor são, tudo o que seja descentralizar competências
700 significa diluir o poder, distribuir o poder por vários em vez de ficar concentrado em muito
701 poucos, em termos de filosofia estava totalmente de acordo, o projeto de reorganização
702 administrativa foi de encontro a esta ideia e pôs em marcha várias medidas que se concretizaram
703 e que se consubstanciaram naquilo que foram estes quatro anos de mandato anterior e que estão
704 a prosseguir neste mandato, com certeza que não foi tudo perfeito e há arestas a alimar, nenhum
705 projeto que é implementado é todo ele perfeito e este também não poderia ter sido, reconhece-lhe
706 muitas deficiências, também tem em alguns contextos e principalmente numa reunião com o Sr.
707 Presidente da CML da altura, o Dr. António Costa em que estavam nessa fase, os 53 presidentes
708 da junta de freguesia de Lisboa e foi a única no conjunto dos 53 que lhe disse que tivesse muita
709 atenção, que achava muito bem a delegação de competências mas qualquer delegação de
710 competências tem que ser necessariamente acompanhada dos correspondentes meios humanos,
711 materiais e etc para que essas competências sejam exercidas com eficiência e eficácia, disse isto
712 na sala do arquivo dos paços do conselho, a Dona Albertina Ferreira também estava lá, dos 53
713 presidentes de junta eram do PS, do PSD e do PCP, e a própria sempre teve esta posição e não ia
714 deixar de o ter agora, o acompanhamento das responsabilidades delegadas tem que

715 necessariamente ser feito com os meios necessários, e diria até que mais os financeiros, porque
716 os financeiros tudo resolvem, quando não existirem equipamentos e pessoas, logo as instituições
717 se apetrecham dos meios, sem os meios financeiros é que é muito mais complicado e nesta
718 transferência de competências receberam meios, instalações, equipamentos e também muitos
719 problemas que se fossem só dinheiro teria sido bem mais fácil, às vezes o libertar meios também
720 é libertar aquilo que não se quer e também tinha muito receio disso, disseram que estavam de
721 acordo com todos os considerandos que apresentava a moção do PCP, precisamente porque reflete
722 esta forma de vera problemática em curso de uma nova delegação de competência sem estarem
723 clarificadas as devidas condições da transferência, estavam perfeitamente de acordo e por isso
724 mesmo não tinham problema nenhum em que fosse elaborada uma proposta única em que os
725 considerandos fossem exatamente esses, o que não estiveram de acordo foi numa crítica expressa
726 à Sra. Presidente da Assembleia que no uso do seu direito deu a resposta que entendeu por bem
727 dar e nesse aspeto não acompanhariam o PCP no mesmo sentido de votação, por isso não podia
728 haver unanimismo de posição, mas nos considerandos ou constatação de factos estavam de acordo
729 e tinham a mesma preocupação que todos têm, até porque estão no governo da Freguesia por
730 enquanto, porque amanhã poderão não estar, porque democracia é isso mesmo e não estavam nada
731 interessados em que lhes seja transferidas competências sem a correspondente atribuição de
732 meios, e nesse sentido têm todos a mesma visão, foi ali dito que estava a ser gravado, podia ser
733 entregue a quem quer que fosse, ao Sr. Primeiro Ministro se assim o entenderem, porque não tinha
734 problema nenhum com isso, até porque foi o primeiro a ouvi-la diretamente e só por si aquilo que
735 acabou de dizer há vários anos, a forma como estavam redigidos os pontos redigidos é que não se
736 reviam neles e por isso mesmo achavam melhor terem conseguido um acordo, a proposta do BE
737 também não era tão diferente assim, conseguiriam encontrar um consenso e redigir uma forma
738 única de representar a posição unânime da Assembleia de Freguesia de Santa Clara, tal não foi
739 possível, têm que prosseguir, irão apresentar uma posição através de uma declaração escrita para
740 ficar em ata e divulgá-la da forma como entenderem dentro destes parâmetros que mencionou,
741 quanto aquilo que são as competências, referiram que a Junta se refugia no papel daquilo que não
742 são das suas competências, que são da CML ou da PSP ou do Governo e etc, perante as
743 competências que oficialmente estão atribuídas a outras instituições, o papel da Junta de Freguesia
744 só pode ser da persuasão e sobre isso não tinham a noção e não têm que andar sempre a publicitar
745 das inúmeras diligências que fazem de várias formas, quer em reuniões, quer por telefonemas ou
746 e-mails, isto era sistemático no sentido de pressionar, de sensibilizar as instituições responsáveis
747 para que os problemas da Freguesia sejam resolvidos, quanto aquilo que são as competências da
748 Freguesia, nunca estava satisfeita, queria sempre mais e melhor mas por outro lado estava muito
749 satisfeita no sentido em que dentro da conjuntura que tiveram grandes dificuldades, têm feito
750 milagres e se os compararem com outras juntas de freguesia, como por exemplo em Higiene
751 Urbana, questionaram onde é que andavam as pessoas que foram integradas para a Higiene
752 Urbana, integraram assistentes operacionais para a Higiene Urbana, para os Espaços Verdes que
753 são muitos nesta Freguesia, para as Obras que realizam em que é a única junta de freguesia de
754 Lisboa que tem uma oficina e têm também neste conjunto de 70 operacionais, os que estão nos
755 jardins de infância e escolas, todos os que foram integrados estão distribuídos por várias funções,
756 uns são vigilantes, outros são da área administrativa e para uma multiplicidade de funções, não
757 estão todos na Higiene Urbana, um plano de trabalho para 48 pessoas para a Higiene Urbana bem
758 que gostaria de os ter, mas é coisa que não têm nem lá próximo, nem chegam a 20, aquilo que
759 fazem é com os meios que têm e os meios que têm não dão para mais, e aí tinham que ter cuidado
760 com as competências que aceitam se não forem delegados os meios adequados. Sobre a EMEL,
761 estavam a tentar que a EMEL que tanto medo meteu em algumas zonas, em que ia só retirar
762 dinheiro aos contribuintes, afinal já há muitas áreas em que querem a EMEL, porque perceberam
763 que os moradores só têm benefícios com a implementação da EMEL, estavam a trabalhar com a
764 administração da EMEL no sentido de ampliar para a Quinta de São João Batista, que é uma zona
765 que está a ser muito assediada com o estacionamento e em que os moradores tem problemas com
766 isso, porque as pessoas tentam sempre fugir dos lugares pagos, estavam a negociar com a EMEL
767 e vai acontecer a curto prazo, mas quem decide não é a Junta, quem tem esta competência é a
768 administração da EMEL, o papel da Junta de Freguesia é colaborar com a EMEL, dizer-lhe as
769 suas opiniões, pugnar sobre aquilo que pensa que deve ser implementado mas a decisão não é da

16
H
HR

770 Junta de Freguesia. Quanto ao mercado da Rampa do Mercado, tem três ou quatro bancas, tem
771 vindo a decrescer significativamente, exatamente pelas alternativas que vão sendo construídas, há
772 uns anos atrás não havia um ALDI, nem hipermercados, era muito natural que aquilo que existisse
773 como oferta de rua tivesse um pouco mais de expressão, ao aparecerem outras alternativas essa
774 expressão diminuiu e não acontece diferente do que acontece em outros locais, está correta a
775 informação de que efetivamente toda aquela zona, não apenas daquele espaço do mercado quando
776 toda a zona das Galinheiras está a ser alvo de um projeto de requalificação urbana, são os serviços
777 próprios da CML que estão a tratar disso, e é concretamente a arquiteta Cláudia Batista que tem
778 esse projeto, tem manifestado em relação a esse espaço que o mercado não tem futuro e como não
779 tem futuro como mercado não defendiam o protelar de uma situação que não tem futuro mas
780 estavam a pretender que aquele espaço seja direcionado para atividades de interesse para as
781 populações locais e algumas delas que têm referido à CML seria um parque de estacionamento
782 porque aquela zona tem uma carência muito grande de estacionamento e houve um tempo em que
783 estava na Junta de Freguesia da Charneca que batalhavam muito para que fosse construído um
784 equipamento de natureza social que desse resposta às necessidades em termos de creches e de
785 jardins de infância, depois surgiu aquela hipótese do centro de dia do Reguengo, que veio colmatar
786 um pouco essa deficiência, hoje a realidade não é exatamente igual, no entanto não via com maus
787 olhos um equipamento a esse nível, mas acham que deve ser deste género, as pessoas dizem por
788 aí que a Junta quer pôr lá um posto de Higiene Urbana, a Junta de Freguesia nunca defendeu tal
789 ideia. Sobre a questão do racismo, achava muito bem todas as forças políticas tenham votado
790 favoravelmente, não porque ache que Portugal seja um país racista. Sobre os planos de trabalho
791 da Junta, são documentos de trabalho da Junta em elaboração contínua e reformulação contínua
792 e melhoramento contínuo e são trabalhos próprios da Junta e ninguém em assembleia nenhuma
793 tem que exigir que a Junta vá dando os seus documentos de trabalho, que façam os seus próprios
794 trabalhos porque a Junta de Freguesia, quando quiser dar lições também poderá cobrar dinheiro
795 por isso. Quanto ao abate de árvores na Rua Jorge de Sena, não andavam por aí a abater árvores
796 sem o aval da CML, estavam em diálogo com a CML, abater árvores não é uma competência da
797 Junta de Freguesia sem autorização da CML e essa autorização é uma a uma, mas podem ser feitas
798 muitas coisas em cooperação.

799 **Presidente da Assembleia** Disse ao Sr. Paulo Ribeiro que cada um tem o seu tempo de
800 intervenção e não deve ser interrompido.

801 **Presidente da Junta** O Sr. Paulo Ribeiro não tem capacidade para aprender. O ReFood tem um
802 histórico que acompanhou desde a sua formação tanto que a própria lhes arranhou as instalações
803 junto da CML no tempo da freguesia da Charneca, e enquanto Junta ofereceu-lhes três frigoríficos,
804 um balcão e ofereceu-lhes equipamentos e além disso em termos de oferta do ramo alimentar à
805 população, a Junta de Freguesia tem a própria cantina onde procuram dar apoio a esse nível, não
806 têm que andar o tempo todo a dar apoio às instituições, era lógico que se preocupavam com os
807 problemas alimentares da população, daí terem em funcionamento uma cantina social, em relação
808 à recomendação procurarão apoiar uma instituição tal como apoiam outras instituições sociais
809 que estejam a fazer um bom trabalho e que prestem à coletividade um serviço com interesse.

810 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro para defesa da honra.

811 **Paulo Ribeiro** Não estavam ali a falar em nome pessoal, quando a Sra. Presidente da Junta diz
812 que não tinha capacidade de aprendizagem, estava a atingi-lo pessoalmente, o que não dignifica
813 nada a Sra. Presidente da Junta e esta Junta de Freguesia, porque todos estavam a trabalhar em
814 prol da população, têm opiniões diferentes mas nunca personalizam e a Sra. Presidente da Junta
815 não é a primeira vez que faz isso e lembrava a última assembleia que quando não queria ouvir
816 aquilo que não lhe interessa, levantou-se e foi-se embora, isto não era maneira de lidar com os
817 problemas e de respeitar esta assembleia de freguesia.

818 **Presidente da Assembleia** Realmente disse bem que cada um tem a sua opinião, mas quando
819 alguém está a fazer uma intervenção, não deve ser interrompido e não deve haver diálogo, cada
820 um tem o seu tempo de intervenção e com base no regimento não deve ser interrompido nem deve
821 haver diálogo. Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo para um pedido de esclarecimento.

822 **Bruno Rolo** Depois de uma intervenção longo e bastante demagógica, principalmente no que diz
823 respeito à descentralização de competências que por estar limitado regimentalmente, não ia poder
824 tecer considerações sobre a matéria mas haverá uma outra oportunidade, pretendia ser esclarecido

825 depois de todas essas justificações a dizerem porque é que não votavam, chegaram a uma
826 conclusão, o PS não colocou ao PCP, não estavam de acordo com o ponto 1 mas estavam de
827 acordo com o ponto 2 e pediam para votar separadamente, o Sr. Bernardo Passinhas disse
828 explicitamente que não estavam de acordo com o ponto 1 e estavam de acordo com o ponto 2,
829 depois dessa demagogia toda de que não estavam de acordo, que não faziam nada obrigados,
830 concretamente não estavam a falar nem das descentralizações da revisão administrativa de 2012,
831 estavam a falar da lei nº 51/2018, e com base neste artigo pretendia ser esclarecido, qual é a
832 posição da Junta sobre a lei nº 51/2018 e a posição da Junta não é sobre os considerandos da lei,
833 tinha até 15 de Setembro para dizer se pretende ou não a transferência em termos da lei, ou
834 pretende ou não pretende, ainda não tinha conseguido perceber isso, o que lhe ficou por intuição
835 da posição das votações foi que a Junta pretende receber as transferências, porque não fez nada
836 para possibilitar que se tomasse uma deliberação de não se receber e essa deliberação tinha que
837 ser tomada nesta assembleia e teria que ser comunicada posteriormente à DGAL, como não foi
838 nada feito para recusar a transferência, pretendia saber se a Junta estava ou não de acordo em
839 receber a transferência de competências nos termos da lei para 2019 e para 2020 irão discutir
840 numa assembleia extraordinária que iam tentar marcar, se os outros membros da bancada
841 estiverem disponíveis irão fazer um requerimento conjunto para discutir esta situação para que
842 pelo menos no prazo de 2019 relativamente às transferências de 2020 e vão depois apresentar
843 nesta sessão propostas concretas para depois não fugirem do assunto, ou querem ou não querem
844 a transferências nos moldes que a lei obriga.

845 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte para um pedido de
846 esclarecimento.

847 **Ricardo Duarte** Para reforçar um pouco o que foi dito pelo Sr. Bruno Rolo, isso foi igualmente
848 visível aquilo que foi dito pela bancada do PS ao BE, disseram abertamente que iam votar contra
849 o ponto 1 e o ponto 2, o ponto 1 diz que não pretende a transferência da competência para o
850 município de Lisboa para o ano 2019, daí depreender-se que o PS e o PSD querem a transferência
851 para 2019, de facto todo o discurso demagógico não faz sentido nenhum, a não ser que a Sra.
852 Presidente da Junta tenha uma opinião diferente da sua bancada, como ninguém manda nela é
853 possível que tenha, mas aí se calhar têm uma guerra interna para resolver. Em relação à situação
854 da EMEL, pretendia saber se a postura da Sra. Presidente da Junta se mantinha a mesma, sabia
855 que a proposta era para toda a Freguesia, não era só para uma área e sabiam também que o Sr.
856 arquiteto Carlos Brandão já deu o parecer positivo, não estava a dizer que não estavam de acordo,
857 era só para salientar a maneira como a Sra. Presidente da Junta faz as coisas e responde às
858 perguntas que são questionadas e continua a não dizer nada do que é que foi todas as intervenções
859 que fez, que acredita que tenham sido imensas mas podia transmitir a esta Assembleia por
860 exemplo as medidas dissuasoras de velocidade, porque não diz, diz só que fazem coisas mas não
861 percebia o quê.

862 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

863 **Presidente da Junta** Ia conciliar as duas propostas do BE e do PCP e não se referia aos
864 considerandos sobre os quais não estão em desacordo, referir-se à parte deliberativa de cada uma
865 delas e a posição do PS, que não é diferente, ninguém está em guerra nem em discordância e o
866 que querem dizer é que no que respeita à proposta do PCP, o que foi proposto pela bancada do PS
867 era fazerem uma proposta única em que todos estes considerandos que foram apresentados por
868 proposta do PCP ou por proposta do BE, que no fundo era uma forma diferente de dizer, mas em
869 termos de substância estavam de acordo, mas quanto às deliberações não se reviam em nenhuma
870 delas, porque a primeira visava um ataque à Sra. Presidente da Assembleia com a qual não
871 estavam de acordo, quanto ao ponto 2 também não estavam de acordo porque da mesma maneira
872 não se pode aceitar uma coisa que não se conhece bem, também não se pode rejeitar uma coisa
873 que não se conhece bem, o princípio era o mesmo, por isso propuseram uma redação conjunta
874 que refletisse aquilo que pensavam, em relação à proposta do BE, nos seus 4 pontos em que foi
875 pedido para serem votados ponto por ponto, o que o BE não aceitou, não pretender a transferência
876 de competências para o município de Lisboa no ano 2019 não tinham que se pronunciar sobre
877 aquilo que são as deliberações da CML com o Governo, a CML dialogará com o Governo,
878 acordará ou não se assim o entenderem, isso não era uma competência deles, este primeiro ponto
879 está extemporâneo, comunicar tal decisão à DGAL vinha na sequência da questão anterior, já o

N
S
R

880 terceiro ponto votariam favoravelmente porque este é que tem o conteúdo específico desta
881 votação, a proposta do PS em alternativa e disseram que votariam favoravelmente esta moção,
882 sob determinadas condições.

883 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto C – Ordem do Dia. Passou ao ponto 1 da Ordem do
884 Dia – Discussão e votação das atas número cinco, seis, sete e oito da Assembleia de Freguesia.
885 Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

886 **Ricardo Duarte** Na ata nº 6 da sessão de continuação de 4 de Maio de 2018, na linha 248 falta
887 recomendações, sendo “recomendações aprovadas”. Na ata nº 5 da primeira reunião, realizada a
888 24 de Abril de 2018, na linha 196 é para ser “não concordava com a posição do Bruno Rolo”, na
889 linha 308, substituir o “Partido Socialismo e Liberdade” por “PSOL”, nas linhas 694 a 695 o nome
890 é Rogério Santos.

891 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

892 **Paulo Ribeiro** Retroceder até Maio era difícil lembrar-se do que disse e perceber-se o que disse
893 estava plenamente transcrito, sugeri que as atas, assim que estivessem prontas, deviam ser
894 enviadas para terem mais tempo e ficarem mais perto das assembleias em que falaram para
895 poderem perceber se o que está escrito é o que disseram. Viu apenas duas situações e uma é
896 recorrente, na ata nº5 de 24 de Abril de 2018, continuam a chamar Rogério Sousa e não é Rogério
897 Sousa, é Rogério Santos, uma outra situação é que já fizeram correções em anteriores atas mas
898 não voltaram a receber as atas com as correções, pensam que são retificadas mas não receberam
899 com as retificações, nas linhas 228 a 230, leu as moções mas não estavam transcritas, porque na
900 ata não existem os documentos de apoio à ata, quem ler a ata não sabe o que é que disse e na
901 próxima assembleia deveriam receber as atas já com as correções.

902 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. João Sentieiro.

903 **João Sentieiro** Na sua vida participou em muitas reuniões em Portugal e no estrangeiro em que
904 as atas se resumiam apenas a duas ou três páginas em que os assuntos em discussão eram muito
905 mais complexos do que aqueles que ali são discutidos, estas atas em gasto de papel era um ataque
906 ao ambiente notável, quantas árvores não deveriam ter sido abatidas.

907 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

908 **Bruno Rolo** Já têm referido anteriormente que as atas têm tido uma melhoria significativa, deve
909 ficar expresso o conteúdo o mais fidedigno das intervenções, tal como tem sido feito, custa a ler,
910 subscrevia a proposta do Sr. Paulo Ribeiro de que as atas, claro que não vão ser feitas uma semana
911 ou duas a seguir à assembleia porque também quem está a elaborar as atas demora o seu tempo e
912 tem muito trabalho mas provavelmente não ficam prontas uma semana antes da assembleia
913 seguinte, ao fim de 3 meses, quando as atas estão feitas podem ser enviadas uma a uma para irem
914 lendo, em vez de receberem 4 atas, iam lendo e até poderiam enviar sugestões de alteração das
915 intervenções, era muito mais lógico e não acumulava trabalho, em 8 dias não conseguiu ler 4 atas,
916 das quais duas não esteve presente, mas por uma questão de consideração pelo esforço
917 desenvolvido pela Mesa e pelos funcionários da Junta que têm este trabalho, vão votar
918 favoravelmente as 4 atas, independentemente do próprio e da sua camarada não terem estado
919 presentes nas reuniões todas, mas por uma questão de voto de confiança na Mesa vão votar
920 favoravelmente as atas, sempre com a salvaguarda de que nunca estas atas podem ser desligadas
921 da gravação áudio, a gravação áudio tem que ficar armazenada perpetuamente enquanto as atas
922 houverem, porque em qualquer altura que haja alguma dúvida sobre a leitura de uma ata de qual
923 foi a intervenção tem que se confrontar a ata com a gravação áudio, era importante continuar o
924 arquivo áudio e os respetivos backups para que depois não haja situações como no início do
925 mandato anterior em que não houve atas, porque não estavam gravadas, com base neste
926 pressuposto não têm problema em votar favoravelmente, mesmo quando não têm muito tempo de
927 o ler, a proposta do Sr. Paulo Ribeiro para a Mesa não é excessiva, porque à medida que elas
928 forem estando prontas, de acordo com a disponibilidade dos funcionários podem ser enviadas
929 porque não prejudica ninguém e beneficia a análise e beneficia o arquivo da Freguesia em termos
930 de histórico.

931 **Presidente da Assembleia** Passou à votação da ata nº 5, ao qual foi aprovada por unanimidade.
932 Passou à votação da ata nº 6, ao qual foi aprovada por maioria com 12 votos a favor e uma
933 abstenção do CDS-PP. Passou à votação da ata nº 7, ao qual foi aprovada por maioria com 12

N
\$
R

934 votos a favor e uma abstenção do CDS-PP. Deu a palavra ao Sr. Francisco Guimarães para
935 declaração de voto.

936 **Francisco Guimarães** O voto na abstenção das atas foi porque não esteve presente.

937 **Presidente da Assembleia** Passou à votação da ata nº 8, ao qual foi aprovada por unanimidade.
938 Passou ao ponto nº 2 da Ordem do Dia – Apresentação, discussão e votação da proposta do
939 Executivo para a nomeação do Revisor Oficial de Contas, nos termos do artigo 77º., nº. 1 da lei
940 73/2013, de 3 de Setembro. Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo para fazer uma interpelação à Mesa.

941 **Bruno Rolo** Tendo em conta que eram 00:00, por parte da sua bancada não havia problema
942 nenhum em haver uma certa tolerância, dado o avançar da hora interpelava à Mesa no sentido de
943 saberem quanto seria o tempo de tolerância em que pensavam dar em relação à hora regimental
944 para conclusão da assembleia e apelava para que a Mesa, em concertação com a Junta, no caso
945 de entendimento desse período de tolerância não fosse o suficiente para discutirem todos os
946 pontos, antecipasse para esta sessão os pontos que a Junta entendesse serem mais urgentes, mesmo
947 contrariando um pouco a ordem de trabalhos, porque se forem informados dessas matérias talvez
948 pudessem chegar a um consenso antes de entrarem na Ordem do Dia, qual o tempo de tolerância
949 e quais os pontos que serão prioritários para enquadrar nesta tolerância.

950 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

951 **Presidente da Junta** Com um pouco de autodisciplina, estes documentos até à 01:00 estavam
952 prontos, não lhe parecia que fossem de grande debate, no entanto propôs uma reordenação dos
953 temas, o ponto 2 precisa de ser votado para funcionamento da instituição, o que era menos urgente
954 era o ponto 3, muito embora ele seja tão simples que apenas visava concretizar uma ideia proposta
955 pelo PCP na sessão anterior, não lhe parecia ser objeto de grande discussão, uma vez que já foi
956 objeto de grande discussão em sessões anteriores, apenas formalizava um pedido feito nesse
957 sentido, não via necessidade de votar e podia ficar mais para o fim, o ponto 4 era mesmo
958 necessário votar porque o ciclo da Piscina começa em Setembro e as taxas a aplicar convinham
959 ser aprovadas nesta sessão sob pena de causarem problemas, o ponto que foi introduzido no nº 5,
960 que é a proposta de protocolo de comodato com o IEPF também carece de alguma discussão e
961 também tem alguma urgência.

962 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

963 **Paulo Ribeiro** Esta sessão foi muito especial e foram ali várias vezes aludidos e fixados do
964 regimento, os CSC, de acordo com o artigo 35º não concordam em continuar a assembleia.

965 **Presidente da Assembleia** Houve duas propostas, uma de continuarem até à 1 da manhã e a outra
966 de terminarem a sessão. Passou à votação das propostas, os membros votaram favoravelmente
967 por maioria a continuação da sessão até à 1 da manhã. Passou ao ponto 2 da Ordem do Dia -
968 Apresentação, discussão e votação da proposta do Executivo para a nomeação do Revisor Oficial
969 de Contas, nos termos do artigo 77º., nº. 1 da lei 73/2013, de 3 de Setembro. Deu a palavra à Sra.
970 Presidente da Junta.

971 **Presidente da Junta** Esta proposta decorre de um imperativo legal, ao qual aponta para a
972 necessidade de contratação de um Revisor Oficial de Contas, tendo em conta os valores em
973 presença procedeu-se à modalidade de contratação através de ajuste direto, porque se trata de uma
974 pessoa que tem vindo a colaborar com a Junta e que foi objeto de concurso na primeira vez, em
975 comparação com outras alternativas apresentadas, propunham a sociedade Telma Carreira Curado
976 e Associados para exercer esta função de Revisora Oficial de Contas conforme a deliberação em
977 Executivo na sua ata nº 30, de 4 de Julho de 2018, que se encontra anexa à proposta.

978 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

979 **Ricardo Duarte** Pelo que percebeu, tratava-se de uma renovação de contrato, terá havido uma
980 comparação entre propostas e a Junta entendeu legalmente adjudicar diretamente a esta empresa,
981 presumia que não foram analisadas outras propostas, simplesmente considerou-se que se queria
982 manter a adjudicação a esta empresa, era uma questão que colocava e mediante a resposta que
983 fosse dada, haveria a posição do BE em relação a este ajuste direto, não era a legalidade que estava
984 em causa mas queriam perceber e de facto foram recebidas outras propostas, se foi analisado o
985 mercado e se esta era a melhor proposta que estava em cima da mesa.

986 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

987 **Paulo Ribeiro** Pessoalmente tinha vergonha de apresentar esta proposta à Assembleia de
988 Freguesia, porque a lei 73/2013 é de 3 de Setembro e não de 13 de Setembro, eram tão rigorosos

N
S
KOR

989 e nem no dia da lei acertam, a lei 73/2013 já vai na 9ª versão, é a 42/2016, de 28 de Dezembro,
990 percebiam que esta Junta parou no tempo, o processo não estava claro, não sabiam se houve mais
991 propostas, apareceu esta senhora, não discutiam isso nem punham isso em causa mas para ser
992 claro tinha que vir o processo todo, na apresentação da senhora diz que é o nº 260 da Ordem dos
993 ROC, ali passava do 264 para o 261, não sabia se já tinha estado inscrita, se não pagou as cotas e
994 agora já não é o 260, a empresa não consta na Ordem dos ROC mas consta como ROC, a proposta
995 não diz o período do contrato, diz que vai nomear não diz o valor nem o período para o qual é
996 contratada, no seu entender esta proposta está ferida desde o início, em 1 de Janeiro de 2019 vai
997 entrar em vigor o SNC, a contabilidade vai mudar completamente e onde diz que as freguesias
998 com 5 milhões de euros de despesa é que vão ser obrigadas a ter ROC, provavelmente Santa Clara
999 não vai ser obrigada a ter ROC, na opinião dos CSC não estavam em condições de votar a
1000 proposta, pelo que devia ser retirada.

1001 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

1002 **Bruno Rolo** Com a intervenção da Sra. Presidente da Junta ficou ainda mais baralhado do que
1003 quando recebeu a proposta que já de si era uma proposta que lhe fazia um pouco de confusão,
1004 porque tinha a ideia que a Junta já tinha ROC, se a Junta já tem ROC, qual era o motivo de mandar
1005 para a Assembleia uma proposta de contratação de um ROC, tinha achado que a Junta ia mudar
1006 de ROC, mas pela intervenção da Sra. Presidente da Junta tinha percebido que era a mesma ROC,
1007 a questão que colocava era que se já tinham e é a mesma, porque é que são obrigados a fazer isto,
1008 ou mudou de firma, e se mudou de firma consoante essa explicação ainda falta a explicação
1009 porque é que antecipadamente foi contratada por concurso e agora estavam a propor que fosse
1010 por ajuste direto, haviam várias questões em causa, independentemente da questão formal em que
1011 a proposta está apresentada, o que pretendia saber era uma vez que já havia ROC se era esta
1012 empresa ou outra empresa que fazia ROC, pelo que percebeu era a mesma, se era a mesma o
1013 porque é que estava a vir novamente a proposta e porque é que a contratação desta vez não estava
1014 a seguir os mesmos moldes da vez anterior e isso em si já cria uma certa dúvida de discernimento
1015 de que como devem abordar esta questão em termos de votação e consoante as respostas poderão
1016 ter novas dúvidas, mas neste momento as dúvidas principais são estas.

1017 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1018 **Presidente da Junta** Esta questão já tinha vindo à Assembleia de Freguesia e foi votada, houve
1019 uma primeira situação em que a Junta de Freguesia passou a ser obrigada a ter um Revisor Oficial
1020 de Contas e nessa altura foram consultadas três instituições e foi selecionada esta senhora que foi
1021 retificada pela Assembleia, o que aconteceu é que a senhora trabalhava em nome individual e
1022 passou a constituir uma empresa também em nome individual mas é a mesma pessoa e solicitou
1023 à Junta de Freguesia que fosse aceite a continuidade do seu trabalho por um período que já estava
1024 autorizado na situação anterior, que é um ano, apenas diferindo essa modalidade de nome
1025 individual e de ser empresa da própria pessoa.

1026 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Francisco Guimarães.

1027 **Francisco Guimarães** Apelava à boa-fé da Sra. Presidente da Junta para que alterasse a proposta,
1028 tendo em conta os erros que foram apresentados pelos CSC, se há erros na lei e a lei está mal
1029 exposta, é só alterar essa questão.

1030 **Presidente da Junta** Não tinha elementos e não ia seguir orientações nenhuma sem ter a
1031 confirmação de que efetivamente esta data não é 13, é 3, quando tiver a confirmação concreta aí
1032 alterava.

1033 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

1034 **Bruno Rolo** Na deliberação na ata da Junta de Freguesia, a deliberação nº 6 – Proposta de
1035 adjudicação por ajuste direto à Sra. Telma Carreira Curado, diz que o preço contratual é de 5900
1036 euros, acrescido de valor legal à taxa de IVA de 23%, pretendia saber por mês ou por ano, a própria
1037 deliberação em ata do Executivo não é clara, não diz se é um valor único, uma avença ou uma
1038 tarefa nem por quanto tempo a senhora presta serviço, isto tinha que estar escrito.

1039 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

1040 **Ricardo Duarte** Tal como já foi frisado, não diz o prazo, não faziam ideia sobre o valor que ali
1041 aparece mas ajuste direto é preciso ter muito cuidado, até porque algum dia alguém pode
1042 questionar porque é que há ajustes diretos a esta empresa em várias freguesias de Lisboa e não
1043 só, e porque é que esta senhora foi candidata à Assembleia Municipal de Leiria pelo PS, algum

N
\$
Rolo

1044 dia alguém pode perguntar e se calhar era melhor não fazerem ajustes diretos nestas situações,
1045 quem vai votar a favor é responsável pelo que vota.

1046 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação a proposta do Executivo para nomeação de
1047 Revisor Oficial de Contas, nos termos do art. 67º., nº. 1 da lei 73/2013, de 3 de Setembro, ao qual
1048 foi aprovado por maioria, com 7 votos a favor, 5 do PS e 2 do PSD, 4 votos contra, 2 do PCP, 1
1049 dos CSC e 1 do BE e uma abstenção do CDS-PP. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro para
1050 declaração de voto.

1051 **Paulo Ribeiro** Mais uma vez um assunto que podia ter um consenso alargado voltavam ao início,
1052 não estão ali por serem do contra, quando estavam a aprovar documentos, as coisas têm que ser
1053 claras e a Sra. Presidente da Junta quis ser tão clara que até juntou a ata mas não diz o que é e
1054 neste sentido não houve condições para votar a favor, quem votou a favor depois será chamado
1055 algum dia.

1056 **Presidente da Assembleia** Esclareceu que os 4 votos contra o documento deveu-se ao elemento
1057 dos CSC não estar presente na sala. Passou ao ponto 3 da Ordem do Dia – Apresentação, discussão
1058 e votação da proposta de alteração ao anexo 2 do regulamento de emissão de atestados, declaração
1059 de união de facto, certidões, registo e licença de canídeos e gatídeos, certificação de fotocópias e
1060 respetiva tabela de taxas e emolumentos. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1061 **Presidente da Junta** Tal como consta neste documento, apenas pretende ser um aditamento ao
1062 tema que já foi ali debatido e aprovado, ia para introduzir a sugestão proveniente da bancada da
1063 CDU de equiparar esta categoria de canídeos, a categoria B – Cães com fins económicos, cão de
1064 guarda à taxa que estava de 10 euros passar para 7,50 euros.

1065 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

1066 **Paulo Ribeiro** Quando há uma alteração ao regulamento, o regulamento também tinha que vir,
1067 apresentarem uma alteração de uma taxa mas depois não têm a base em que ele está a ser inserido,
1068 como chegaram a aquele valor para poderem certificar o valor desta taxa, embora concordasse
1069 com este valor.

1070 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1071 **Presidente da Junta** Este assunto foi debatido na assembleia anterior e foi votado e todos tiveram
1072 acesso a toda a documentação, para além disso, para esta assembleia receberam também todos os
1073 documentos, se tivessem necessidade de recorrer aos documentos complementares que lhes foi
1074 distribuído que deveriam ter trazido, por isso achava isto uma questão extemporânea.

1075 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

1076 **Bruno Rolo** Como a Sra. Presidente da Junta referiu que esta proposta vinha ao encontro de uma
1077 proposta do PCP, pediu à Junta para retirar a proposta porque não foi nada disto que pediram, o
1078 que disseram foi que há cinco anos que andam a alertar a Junta que a tabela de taxas dos
1079 licenciamentos dos canídeos está completamente invertida nos seus conceitos, propuseram à Junta
1080 várias vezes que revisse não só os valores mas que explicasse quais eram os critérios para exercer
1081 aqueles valores e por acaso o seu camarada Joaquim Santos, na última assembleia, na reunião de
1082 continuação deu um exemplo porque é que um cão de guarda é mais caro que um cão de
1083 companhia, o que solicitaram à Junta foi que lhes explicasse os critérios e se estava ou não
1084 disponível para rever esses critérios e a tabela de taxas de licenciamento dos canídeos, não
1085 solicitaram à Junta que pusesse os cães de guarda mais barato e deixasse os outros como estão, se
1086 a Junta tem realmente o interesse de o fazer, propunha que a Junta retirasse a proposta e se estava
1087 disponível para aceder às propostas do PCP, então que contate o PCP ou ao abrigo do estatuto da
1088 oposição, discute com todas as bancadas da oposição a tabela de taxas e depois vem com uma
1089 proposta de alteração à tabela de taxas dos canídeos no seu conjunto, ouve as várias propostas das
1090 várias bancadas, que era mais democrático, mais legítimo e mais saudável, porque isto resolve só
1091 uma parte do problema, não querendo dizer com isto que o princípio é mau, a maneira como estão
1092 a fazer as coisas é que do ponto de vista do PCP vem muito pouco ao encontro do que tinham
1093 pedido.

1094 **Presidente da Assembleia** A proposta foi retirada pelo Executivo da Junta. Passou ao ponto nº 4
1095 da Ordem do Dia – Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao art. 27º do
1096 regulamento geral de utilização e funcionamento da Piscina Municipal de Santa Clara e respetiva
1097 tabela de taxas. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1098 **Presidente da Junta** Estas alterações foram pedidas pelo diretor da Piscina em relação à situação
1099 anterior e entendia que era melhor que os elementos da Assembleia fazerem as observações que
1100 entenderem em relação a esta questão.

1101 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

1102 **Paulo Ribeiro** Este parágrafo não está claro com o aspeto "... o utente que opte por cancelar a
1103 sua inscrição na Piscina não será reembolsado dos valores das mensalidades e demais taxas pagas
1104 antecipadamente.", concordava na teoria mas por exemplo o utente teve um acidente ou uma
1105 doença grave, uma coisa era de desistir outra coisa era uma situação grave de saúde, isto deveria
1106 ser planificado e se aceitasse a sua opinião, devia ficar acautelada destas situações.

1107 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

1108 **Ricardo Duarte** Para reforçar a ideia do Sr. Paulo Ribeiro, o Executivo não teria problemas com
1109 isso, seria acrescentar "...a menos por razão de força maior devidamente comprovada." e aí
1110 resolvia a questão que foi colocada e não teria problema de maior ao funcionamento da Piscina.

1111 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1112 **Presidente da Junta** Esta observação é aceite por todos "... a não ser por motivos de força maior,
1113 devidamente fundamentados e comprovados.".

1114 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação da proposta de alteração ao art. 27º do
1115 regulamento geral de utilização e funcionamento da Piscina Municipal de Santa Clara e respetiva
1116 tabela de taxas, ao qual foi aprovada com 11 votos a favor, 5 do PS, 2 do PSD, 2 do PCP, 1 dos
1117 CSC e 1 do CDS-PP e 1 abstenção do BE. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte para declaração
1118 de voto.

1119 **Ricardo Duarte** O sentido de voto na abstenção não tinha nada a ver com esta alteração em si,
1120 porque até fizeram a sugestão para complementar a ressalva que o Sr. Paulo Ribeiro fez, tem a
1121 ver com o regulamento em si que aquando da sua aprovação por esta assembleia, levantaram
1122 diversas questões que não foram alteradas e só por isso não votaram a favor desta alteração porque
1123 no regulamento há muito mais coisas que poderiam ter sido alteradas.

1124 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

1125 **Paulo Ribeiro** O que se passou neste ponto era o que se deveria passar em todas as assembleias,
1126 aqui ninguém sabe de tudo e o diálogo e aceitar as opiniões dos outros têm tudo a ganhar.

1127 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

1128 **Bruno Rolo** Mantinham a posição de voto sobre o regulamento no seu todo, tiveram uma
1129 abstenção justificadamente porque entenderam que era legítimo que a Junta fizesse o seu
1130 regulamento, este não seria o regulamento do PCP, há algumas questões que poderiam ter sido
1131 melhoradas mas também não fizeram proposta de alteração, acham este regulamento demasiado
1132 extenso mas pode ser justificável, não estavam por dentro da gestão diária da Piscina, em relação
1133 à alteração em concreto estavam de acordo, por isso votaram a favor, o que não queria dizer que
1134 este voto de alteração seja extensivo ao regulamento no seu todo porque há coisas que podem ser
1135 melhoradas, e aproveitando propostas que foram feitas por outras bancadas para fazer alterações
1136 que possam melhorar ainda mais o documento nos próximos anos.

1137 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto nº 5 da Ordem do Dia – Proposta do Executivo para
1138 deliberação do protocolo com o IEFP. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1139 **Presidente da Junta** Este assunto decorre de toda uma prática que tem vindo a ser implementada
1140 de cooperação entre a Junta de Freguesia e o IEFP ao longo destes últimos anos e não foi antes
1141 porque não encontravam na instituição IEFP eco para as questões que lhe colocavam, várias vezes
1142 ainda estava na Charneca, tentou estabelecer essa cooperação mas na altura não foi possível, no
1143 mandato passado essa abertura aconteceu, a disponibilidade foi sendo cada vez mais consolidada
1144 e por isso têm vindo no âmbito desse diálogo de cooperação permanente realizar diversas ações
1145 de formação, quer de nível escolar quer de nível profissional ou misto, com isso conseguiram
1146 direcionarem-se de uma forma muito positiva para uma grande faixa da população de Santa Clara,
1147 que é muito carenciada em termos formativos e consequentemente de emprego e com vista a
1148 diminuir essas falhas de conhecimentos escolares, profissionais e de emprego, desenvolveram
1149 vários tipos de ações de formação, de sublinhar que grande parte do pessoal que entrou para a
1150 Junta através da modalidade dos ditos precários entrou por esta via porque não tinham as
1151 habilitações suficientes e porque foi necessário dar-lhes formação para que adquirissem os
1152 requisitos mínimos necessários para poderem entrar a coberto da lei em vigor, este processo não

1153 terminou e está sempre a continuar, estão sempre a decorrer ações de formação um pouco por
1154 todas as instalações da Junta que tem vocação para o efeito, designadamente uma das salas da
1155 academia de formação na Rua Direita, o edifício do Campo das Amoreiras, os Serviços Sociais
1156 da Avenida Glicínia Quartim, onde é possível encontrar os espaços adequados para que as ações
1157 de formação se realizem, também já aconteceram ações de formação nas instalações da Santa
1158 Casa da Misericórdia, desenvolvidas pela Junta e pelo IEFP, era uma prática que se tem vindo a
1159 consolidar e nesta conformidade e tendo em conta toda a dinâmica que as coisas sempre sofrem,
1160 tinham que acompanhar essa dinâmica, acharam que deviam implementar cada vez mais esta
1161 modalidade, é certo que o poder central tem esta responsabilidade, não descuravam este aspeto, a
1162 responsabilidade de formação das pessoas a nível escolar e profissional é uma responsabilidade
1163 do poder central e o IEFP estava a representar o poder central do Governo e essa articulação com
1164 o IEFP era a articulação com o poder central, foram estabelecendo vários acordos até ao ponto
1165 em que acharam que poderiam constituir nesta zona da cidade tão carenciada um polo formativo
1166 com características mais avançadas do que têm feito até agora, no fundo evoluindo como é natural
1167 acontecer nestas situações, têm ali instalações, eles têm o know-how técnico, os formadores, os
1168 manuais de formação e todo o material pedagógico, o pagamento aos formandos, a Junta de
1169 Freguesia tem vindo a proporcionar as instalações mas de uma forma dispersa pelos vários
1170 equipamentos e acharam que era tempo de concentrarem no local todas estas respostas que
1171 acharam que este edifício tem essas condições, falaram com o IEFP, veio ali o diretor do centro
1172 de formação de Lisboa, e o diretor regional de Lisboa e Vale do Tejo, e estiveram perfeitamente
1173 de acordo em formar um centro de formação da zona norte da cidade de Lisboa, esse centro de
1174 formação será preferencialmente direcionada para as pessoas de Santa Clara sempre que as
1175 pessoas de Santa Clara manifestem interesse em qualquer dessas ações e isso lhes competia
1176 divulgar a informação e pressionar para que as pessoas de Santa Clara frequentem essas ações,
1177 esses cursos são direcionados preferencialmente para Santa Clara mas também poderão ser
1178 direcionados para pessoas de outras proveniências da cidade de Lisboa, há vantagens e
1179 inconvenientes, as vantagens pareciam bastantes porque se considerar que tem um polo formativo
1180 só direcionado para as pessoas de Santa Clara, e essas forem só 4 ou 5, não perfazem as exigências
1181 necessárias para constituir uma turma, se abrir um pouco mais então o IEFP concentra o conjunto
1182 das inscrições e pode viabilizar tudo, por outro lado a interação entre as pessoas de Santa Clara
1183 com pessoas de outras proveniências é vantajosa, mesmo para as pessoas de Santa Clara, que por
1184 um lado não têm que fazer tantas deslocações e isso é um motivo de facilitação da sua vida, por
1185 outro lado o facto de conviverem com pessoas de outras proveniências só abre a mente, o
1186 insucesso escolar é uma realidade incomparável ao resto da cidade de Lisboa quanto com todo o
1187 resto do país, as famílias não detêm em casa muitas das vezes a possibilidade de ajudar os filhos
1188 nas suas dificuldades escolares nem capacidades para os motivar, daí a contribuição para um
1189 maior insucesso, a Junta de Freguesia tem ajudado com o Centro de Estudos, tudo isto são
1190 contribuições importantes mas insuficientes, é preciso fazer muito mais, daí a sua crença na
1191 formação, não resolve todos os problemas mas a formação, quer ela seja académica ao nível
1192 escolar ou ao nível profissional é um contributo inequívoco para ajudar em todas as outras
1193 vertentes a resolver diversos tipos de problemas, como acreditava nisto tinha que defender a
1194 formação aos seus vários níveis que é o saber, o saber fazer, o saber estar e o saber ser, incidir em
1195 todas estas vertentes é absolutamente necessário nesta Freguesia, por isso podiam entrar num
1196 regime de colaboração mais formal do que aquele que tem acontecido até agora e evoluir para dar
1197 a esta população mais, porque ela precisa ser muito mais do que aquilo que é e sendo assim, este
1198 edifício reúne as condições para se poder fazer essa cooperação, referiram os termos em que isso
1199 pode acontecer, o IEFP pode entrar por duas modalidades, ou dar apenas a formação gratuitamente
1200 e o apoio aos formandos ou então pagar as despesas de funcionamento da água, luz e
1201 comunicações, e então necessita de um contrato de comodato, porque é a única forma legal que
1202 eles têm para poder pagar essas despesas, e essa era a razão porque propõem a cooperação através
1203 também da cedência das instalações através do contrato de comodato, mas isso não invalida que
1204 essas mesmas instalações estejam sempre à disponibilidade da Junta para as atividades que a Junta
1205 entende fazer ao longo do ano, o calendário em que se acorda em interesses e disponibilidades as
1206 ações da Junta podem ser sempre ali organizadas, por exemplo o 1º andar tem lá uma grande sala
1207 em que costumam fazer algumas coisas ao longo do ano, podem continuar a fazê-las da mesma

N



1208 maneira, e da parte de baixo a mesma coisa se tal for necessário, aquilo que proponha a esta
1209 Assembleia, os motivos que apresentou que não são nada diferentes de tudo o que já têm vindo a
1210 fazer em menor escala mas que pretendem aumentar, estão a decorrer ações de formação neste
1211 modalidade que é proposta, e aquilo que deve ser feito é evoluir para esta cooperação que é um
1212 bem inquestionável para a cidade de Lisboa, estavam a pretender também que este acordo seja
1213 com a CML e com o IEFP, porque esteve ali o Sr. Vereador, assessores da área da educação e
1214 manifestaram apreço por esta ideia e vontade de cooperar, não ficaram definidos exatamente os
1215 termos da cooperação mas tinha havido uma reunião prévia entre a CML e o IEFP e a CML
1216 manifestou disponibilidade para construir um centro de formação e depois a ideia foi evoluir para
1217 a escolha do local e eles decidiram que a escolha desse local seria este, porque Santa Clara é a
1218 zona que mais necessita e em que encontraram na Junta de Freguesia uma boa cooperação e
1219 vontade de prosseguir este caminho.

1220 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Francisco Guimarães.

1221 **Francisco Guimarães** Achava bom que fizessem estes acordos com a Junta de Freguesia, mas
1222 há um ponto que gostaria que fosse revisto neste acordo, em relação ao serviço de receção e
1223 limpeza, que são dois postos de trabalho, pretendia saber se já estavam previstos ou cabimentados
1224 no orçamento e porque é que não era o IEFP a pagar, uma vez que isto é aberto à cidade de Lisboa,
1225 possivelmente até com protocolo da CML, e por uma questão de princípio este contrato deveria
1226 ter a duração até final do mandato para que fosse revisto por um novo Executivo.

1227 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

1228 **Paulo Ribeiro** De facto o prazo dos cinco anos não faz sentido por estarem já para além do
1229 mandato, outra situação é que a Freguesia nesta zona está a ficar deserta, os serviços da Junta já
1230 deixaram de ser ali, qualquer pessoa que queira tratar de assuntos da Junta tem que ir à Rua Tito
1231 de Moraes para tratar de um atestado ou registar um cão, deste lado da Freguesia a Charneca em
1232 si, tirando a parte do realojamento que é na Rua Tito de Moraes está a ficar deserta com a Junta a
1233 patrocinar esse desertismo, as pessoas querem qualquer coisa têm que ir à Rua Tito de Moraes e
1234 essa era uma situação que tinha de ser acautelada com o atendimento na Charneca, outra situação
1235 é que qualquer protocolo que a Junta faça tem que ir à Assembleia, e juntamente com esta proposta
1236 deveria vir em minuta o protocolo, mais uma vez iam votar um documento que não estavam a
1237 ver, pelo menos devia vir uma minuta anexa para verem todas as cláusulas do contrato.

1238 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

1239 **Bruno Rolo** Em relação a esta proposta havia uma situação dúbia, por princípio é uma excelente
1240 medida apostar na formação e nestes termos que sendo uma responsabilidade da administração
1241 central, o IEFP a fazer uma parceria com a Junta e eventualmente extensível à CML também lhe
1242 parece uma ideia correta, a proposta dos 5 anos não concorda, devia haver um período
1243 experimental e subscrevia a proposta do Sr. Francisco Guimarães de não exceder o mandato, seria
1244 um período experimental e quem viesse a seguir logo veria se podia fazer mais tempo ou não,
1245 independentemente de reafirmarem que não são contra contratos para vários mandatos, isso é
1246 legítimo e já o defenderam várias vezes, mas como é uma questão experimental, era bom
1247 precaverem-se nessa matéria, se por um lado tudo isto lhes parece muito bem, por outro lado isto
1248 implica diretamente com aquilo que o Sr. Paulo Ribeiro referiu, é que isto é muito bonito se
1249 houvesse ali atendimento à população e isso é uma questão que não pode ser tratada como o
1250 INFARMED, que ia para o Porto mas já não foi, é que a Sra. Presidente da Junta, há cinco anos
1251 atrás, na primeira assembleia do mandato de Santa Clara disse que se comprometia em não
1252 encerrar os postos da antiga junta da Charneca e da Ameixoeira, estava a falhar ao compromisso
1253 ao fim de cinco anos, é que uma coisa não inviabilizava a outra, mas pelos vistos inviabiliza e
1254 isso é que não estavam de maneira nenhuma a favor, antes pelo contrário, porque é primeiro é
1255 faltar à palavra dada, mas isso já é habitual nos políticos de uma forma geral, e o PS de uma forma
1256 muito particular, como por exemplo a história do INFARMED, a outra questão era os serviços de
1257 atendimento à população passaram do Campo das Amoreiras para a Rua Tito de Moraes, pela
1258 lógica da descentralização administrativa, sempre chamaram à atenção que a extinção e a fusão
1259 de freguesias ia afastar cada vez mais os moradores do centro de decisão e do Poder Local, diziam
1260 que haviam mais meios e iam manter os postos abertos, o que não é verdade, já fecharam, dizem
1261 que saiu do Campo das Amoreiras e foi para a Rua Tito de Moraes, mas isso não é descentralizar,
1262 é centralizar, porque o descentralizar é ir para a periferia, a Rua Tito de Moraes é o centro, de facto

N
S
D

1263 é onde há mais gente, na periferia onde há menos gente deixa de haver o serviço, mas isso é o que
1264 está a fazer a Caixa Geral de Depósitos, este Governo pelos vistos tem tentáculos por todo o lado,
1265 até pelas freguesias, parece que o conceito é todo igual e com isto não estavam nada de acordo,
1266 isto é uma decisão política, não tem nada a ver nem com o protocolo nem com o IEFP, é o faltar
1267 ao compromisso dado à população no início do primeiro mandato de Santa Clara, se forem ver a
1268 questão do protocolo em termos estritos têm as questões do prazo e da minuta, e pelo menos a
1269 minuta ser aprovada, porque cheques em branco não é possível, ainda por cima com estas
1270 situações em que hoje dizem uma coisa e amanhã fazem outra e portanto era difícil, mas o
1271 princípio é excelente e estão de parabéns, não é só criticar, é uma boa solução até para rentabilizar
1272 o investimento que foi feito. Tinha a ideia que no somatório das várias intervenções da Junta em
1273 que esteve a ver no património este edifício na sua reabilitação já está em centenas de milhares
1274 de euros, sempre naquele princípio que estavam a poupar dinheiro que são só os trabalhadores da
1275 Junta a fazer mas já ia em centenas de milhares de euros, e quando ia haver as adaptações são de
1276 muito pouco relevância e podem ser feitos com os meios da Junta, e isso ia para quantas mais
1277 centenas de milhares? Têm orçamento? É que isso devia vir espelhado no orçamento, pelo menos
1278 um teto de investimento, a Junta de Freguesia não pode agora chegar e fazer com uma obra aqui
1279 e outra acolá e depois soma tudo e ao fim de tudo é 100 mil euros, mesmo que sejam com os
1280 meios da Junta, são 100 mil euros, tinham que ver quanto é que isso custava, e como há muitas
1281 obras ali, como no edifício central da Sede e noutros edifícios, no próprio Reguengo que foi sendo
1282 faseado e depois quando se soma tudo é um balúrdio, não dizia que era ilegal mas era imoral. Em
1283 relação à proposta concreta, tinham grandes dúvidas que ao votar isto, a Junta se sinta respaldada
1284 para depois fazer o processo daqui para a frente sem vir mais à Assembleia, e isso não lhe parecia
1285 legítimo, se for só um princípio do processo em que depois os outros passos sejam trazidos à
1286 Assembleia e houver um compromisso formal, eventualmente estarão disponíveis para aceitar
1287 este princípio de acordo, não estavam a votar um protocolo de parceria mas o início do princípio
1288 do acordo.

1289 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

1290 **Ricardo Duarte** Depois das intervenções que foram feitas, parece haver alguma concordância,
1291 pelo menos de quem fala nesta Assembleia, aparentemente é para cumprir o que são mandatados
1292 para fazer e se calhar também por isso não há uma preocupação de clareza nas coisas, porque em
1293 relação ao protocolo concorda, fazia todo o sentido que houvesse um protocolo e que se prestem
1294 estas valências, como já sabiam que isto ia ser aprovado, era indiferente, não era muito importante
1295 estabelecer o que é que consta no protocolo, não era importante estabelecer as metas financeiras,
1296 nem saberem até quanto é que podiam gastar, nada disso é importante porque era irrelevante, no
1297 fim ia ser votado e aprovado, é verdade que é legal e foi assim que as pessoas votaram, o PS e o
1298 PSD tem a maioria, portanto tem o direito de o fazer, se era moral ou não cada um sabia de si, era
1299 óbvio que também lhes preocupava a situação deste edifício deixar de ser utilizado porque a
1300 alternativa é cada vez mais próxima da Ameixoeira, não era uma questão de fação, sempre morou
1301 na antiga Charneca mas não era por isso, se fosse ao contrário também estaria preocupado,
1302 também há o ponto dos 5 anos, além dos pontos que foram mencionados, também iam aguardar
1303 porque podia ser que depois de os ouvirem dentro do espírito democrático, o Executivo tenha
1304 alguma alteração a fazer.

1305 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1306 **Presidente da Junta** A questão das despesas da receção e da limpeza, o IEFP tem mais
1307 dificuldade em pagar estas despesas que são menores porque é uma questão de rubricas
1308 orçamentais, têm dificuldade em fazer isso porque têm que obter a aprovação superior e isso será
1309 uma questão muitíssimo demorada e disseram que tinham muito mais facilidade em gastar muito
1310 mais dinheiro com a formação do que tinham facilidade em gastar, nem que fosse um décimo,
1311 com estas rubricas, tanto que acharam que devia ser a Junta a suportar porque agilizava
1312 extraordinariamente o processo, em termos institucionais não conseguiriam ter aval para contratar
1313 pessoas senão daqui por dois anos, e isso não era praticável, por isso mesmo trata-se de assistentes
1314 operacionais, que é um vigilante, que é uma pessoa precisa para abrir e fechar as portas, e ver
1315 quem entrou e quem não entrou, são funções desse género que exigem de um assistente
1316 operacional, assim como a limpeza, foram os argumentos do próprio IEFP que também tentaram
1317 e a observação é pertinente, também tentaram que o IEFP assumisse esta situação, as despesas

1318 com a água, a luz e as comunicações não tinham problema em pagar através de um contrato de
1319 comodato, quanto à duração de 5 anos, é que uma instituição para canalizar para aqui um projeto,
1320 para fazer uma escolha por esta zona da cidade e não por outra, não pode também ficar ao sabor
1321 de marés, se disserem que daqui por um ano já não queriam se calhar tinham perdido a
1322 oportunidade e davam este projeto a outra freguesia, noutra local, portanto têm que ter alguma
1323 segurança de continuidade, a questão do fim do mandato não se coloca, no início de qualquer
1324 mandato recebeu vários projetos e várias contratações feitas por outras pessoas que estiveram
1325 anteriormente e deu-lhes continuidade, não acabou com nenhum, algumas não as teria feito mas
1326 herdou-as e quando se herda qualquer coisa, herda-se aquilo que é bom e herda-se também as
1327 dívidas, não raciocinava em termos de um mandato, raciocinava sim em termos de interesse para
1328 uma população e se tem interesse para uma população, não é o horizonte do mandato que ia dizer
1329 que tinha que acabar ali, isto tem que ser analisado de uma forma muito séria, tendo em conta os
1330 interesses da população e não dos autarcas que estão agora e no futuro já não estarão, não sabia
1331 se ia candidatar-se ou não, nem que é que o eleitorado irá fazer caso se candidate, ninguém sabe,
1332 raciocinava em termos de população e dos seus interesses e nessa ótica, e segundo também aquilo
1333 que a outra entidade acha que é o mínimo necessário para haver um acordo, é isso que foi falado,
1334 não se trata de uma imposição eleitoralista autárquica, trata-se de uma cooperação institucional
1335 desejável. Quanto à ideia de desertificação que ali foi falada, quem promoveu a desertificação
1336 desta zona não foi o Executivo da Junta, porque antigamente haviam ali muitas pessoas a morar,
1337 mas em circunstâncias que ninguém queria que morassem, porque estavam em barracas na Quinta
1338 do Louro e era essa a grande quantidade de população que fazia a habitabilidade ser muito maior
1339 nesta zona, as pessoas saíram dali por motivos de realojamento e estão melhor, mas não estão ali
1340 e é necessário que aconteça uma evolução ao nível da requalificação ambiental e da construção
1341 de novos edifícios, que é o que está previsto no PUAL, mas isso ainda não aconteceu, quando
1342 acontecer esta zona voltará a ter habitações mas isso pode demorar mais tempo do que o
1343 pretendido, neste momento o que acontece é que não estão pessoas ali a morar ou que as que estão
1344 são muito poucas, e como estão muito poucas acharam que não deve ser desertificada esta zona,
1345 concordava integralmente com as preocupações que apresentaram, sente-as de perto e sempre
1346 procurou que o edifício que está em frente da Junta fosse reabilitado e o esforço que fez nesse
1347 sentido durante estes anos, congratulava-se imenso com a reabilitação do edifício da Santa Casa
1348 da Misericórdia, porque isso é uma mais valia inquestionável para esta zona e a reabilitação deste
1349 edifício com a utilização cabal e devida deste edifício promovem apports para esta localidade que
1350 de outra forma não tinham, tinham ali um edifício abandonado, degradado, tinham ali uma taxa
1351 de utilização muito pequena, não é verdade que tenha falhado aos seus compromissos, porque
1352 têm neste edifício todos os serviços sociais a funcionar a coordenação de todos os serviços sociais,
1353 acontecem ali várias atividades a nível cultural, desportivo e social, durante o ano é ali que
1354 acontecem, não era na Ameixoeira, é no Campo das Amoreiras que acontecem, trazem para ali
1355 tudo o que é um movimento, uma taxa de utilização o mais elevado possível, tem as praias-campo,
1356 almoços de Natal, o Magusto, a Corrida de Cicloturismo, as várias Assembleias, sempre
1357 pretenderam dar utilização ao edifício, os CTT retiraram dali o posto pelo seu interesse, para a
1358 Junta era um grande prejuízo estar ali os CTT, e não estavam a servir a população da Freguesia,
1359 estavam a servir Camarate, de qualquer modo foram eles que tomaram a iniciativa, quanto aos
1360 atendimentos, isto não foi feito levianamente, têm a listagem da contabilização de todos os atos
1361 de atendimento que foram feitos nos últimos anos, têm números concretos, em termos de atestados
1362 e certidões, que é disso que estão a falar e a média em 2017 não chegou a quatro por dia, sendo
1363 que destes quatro por dia, parte dessas pessoas vinham da Alta de Lisboa, que é onde está sediado
1364 o atendimento, procurou saber como foi a reação da população e a população não está descontente
1365 porque sabem quem são e onde estão os utentes dos atestados, estavam a direcionarem-se para
1366 eles e estavam a servi-los, há um posto de atendimento e só vêm o que foi encerrado, deviam ver
1367 também aquele que foi aberto na própria área da Charneca, a uma distância muito curta e bem
1368 servida de transportes públicos, muito melhor que qualquer outra, isto não é descentralizar nem
1369 concentrar, é apenas deslocalizar de um edifício para outro edifício situado muito perto num
1370 atendimento que se fazia no Campo das Amoreiras e com esta medida puderam rentabilizar estas
1371 instalações, não tinham a atitude de velho do restelo em que tudo tinha de ser igual como sempre
1372 foi, estavam recetivos a acompanhar a evolução das coisas, não queriam um edifício obsoleto,

8
S
H

1373 queriam dar-lhe uma utilização e com muito pouco investimento, neste momento ainda não
1374 trouxeram uma minuta de protocolo, tinham uma minuta para orientação para salvaguarda dos
1375 interesses da Junta de Freguesia de outros contratos elaborados por outras instituições autárquicas
1376 mas disseram neste documento que os pressupostos vão nortear a elaboração deste documento, se
1377 estes pressupostos não forem salvaguardados e destes pressupostos um único poderá não são ser
1378 salvaguardado, o piso destas instalações o IEFP pretende ser um piso auto-nivelante e esse é o
1379 único que têm que recorrer para efetuar a colocação, porque a Junta de Freguesia não tem know-
1380 how nem equipamentos suficientes para puder aplicar esse material auto-nivelante, já fizeram isso
1381 na sala de costura, como não sabem fazer isso e não têm equipamentos para o fazer vão ter que
1382 recorrer a uma empresa para fazer esse trabalho, o resto das obras são intervenções muito
1383 pequenas e vai ser a Junta a fazer, vai comprar alguns materiais quando for necessário revestir o
1384 chão e enquanto for necessário corrigir os tetos, as novas paredes podem ser feitas em pladur.

1385 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

1386 **Bruno Rolo** Quando discutiram há uns anos os protocolos das associações de reformados da
1387 Freguesia, a Sra. Presidente da Junta fez questão de não ultrapassar o prazo do mandato, uma
1388 mera cedência de sala à associação de reformados da Freguesia era necessário não exceder o
1389 mandato, um protocolo com o IEFP para pessoas da zona norte de Lisboa já não há problema,
1390 neste aspeto não há coerência, não estavam desatentos, e a Sra. Presidente da Junta faltou ao
1391 compromisso, porque disse que o atendimento à população continuaria e faltou porque já deixou
1392 da haver, nesse discurso muito redondo em que vai abordando os assuntos não se consegue
1393 perceber que há contradições terríveis, que era quando falou da desertificação disse que não foram
1394 eles que contribuíram para a desertificação, que um dia a população ia crescer quando a SGAL
1395 entender, mas acabar com o atendimento à população não inviabilizava ter um posto de
1396 atendimento à população independentemente de ter um protocolo com o IEFP, ninguém de
1397 nenhuma bancada disse que isto era mau, mas toda a gente disse que era mau acabar com o
1398 atendimento, isto também contribuía para a desertificação, deslocalizar é o que os senhores da
1399 Caixa Geral de Depósitos falam quando fazem estas barbaridades, deslocalizar é quando os
1400 centros de saúde fecham numa terra e vai para a sede do concelho, isso é desertificar, se há
1401 potencial de crescimento a médio prazo nesta zona, se a Junta até vai ter um funcionário para a
1402 receção do IEFP e um funcionário para a limpeza, não custava muito ter um balcão de
1403 atendimento, nem que fosse para duas pessoas, isto não inviabilizava o protocolo, como não
1404 inviabiliza devia manter-se, não questionava que na Rua Tito de Moraes devia haver atendimento,
1405 mas uma coisa substituir a outra é faltar à palavra dada, porque o que a Sra. Presidente da Junta
1406 disse foi que não ia deixar de haver atendimento nas duas sedes das antigas freguesias, está
1407 gravado e está em ata, e isso acabou, mas acabou por uma questão inexplicável, porque se isso
1408 não põe em causa o protocolo e se isto vai ter mais gente, porque razão é que o funcionário que
1409 estava ali não podia continuar a fazer o serviço numa pequena parte das instalações quando estas
1410 são tão grandes, a Sra. Presidente da Junta disse uma contradição, por um lado não causaram a
1411 desertificação, por outro lado causam desertificação, por um lado mudaram os serviços, por outro
1412 lado não faltaram à palavra, por um lado não ligam ao fim do mandato, por outro lado já ligam
1413 ao fim do mandato, era esta descoordenação que pretendiam ver esclarecido, porque ninguém
1414 disse que isto era mau, pelo contrário até fizeram um elogio, o que apontaram foram questões
1415 laterais a esta, que se não influenciam esta mas estavam a ser postas em causa e estavam a ser
1416 postas em causa, porque sentiam que há um problema, mas parece que a única coisa que o
1417 Executivo quer discutir é o protocolo com o IEFP, não quer discutir todo o resto do problema, se
1418 as outras partes não afetam o protocolo, faça-se o protocolo mas resolvam-se todos os outros
1419 problemas, porque uma coisa não é impeditiva da outra, a não ser que arranjem um argumento
1420 que seja impeditivo.

1421 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1422 **Presidente da Junta** Ninguém extinguiu o atendimento à população na própria zona da Charneca,
1423 deslocalizou 200 metros, não extinguiu, é totalmente diferente extinguir um serviço de
1424 deslocalizar um serviço, não é a mesma coisa, não ser vai desertificar quando isto vai ter um
1425 volume de formação muito maior e quando isso significa pessoas provenientes de outros locais
1426 que também podem dar movimento à zona, utilizar os restaurantes e etc, isto não era desertificar,
1427 daqui por uns tempos quando isto estiver implementado, é perguntar ao comércio local se isto foi

1428 desertificado, em relação à contradição, entendia que as pessoas não devem ser tão rígidas que
1429 apliquem a mesma bitola exatamente, o mesmo termos e o mesmo timing para todas as
1430 situações, não comparava a situação de uma associação de reformados, existe uma na Charneca
1431 e outra na Ameixoeira, regem-se pelo mesmo espírito, procuraram que assim acontecesse, é o
1432 mesmo tipo de contrato precisamente para não haver discrepâncias, tem as instalações que a Junta
1433 preparou, têm condições excelentes, porque só são associações de reformados não têm que lhes
1434 dar tudo, deram-lhes as instalações, água, luz, telefone, internet, não achava que tenha faltado a
1435 compromisso nenhum mas se alguém faltou a algum compromisso, quem tem que pagar é a
1436 própria, o que os elementos da Assembleia têm que analisar é o que está em cima da mesa, o que
1437 é que lhes é proposto fazer pela população e se concordam ou não com isso, quanto aos atos da
1438 Presidente da Junta, a própria população se encarregará de os avaliar.

1439 **Presidente da Assembleia** Passou à votação da proposta do Executivo para deliberação do
1440 protocolo com o IEFP, ao qual foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 5 do PS, 2 do PSD
1441 e 1 do CDS-PP e 4 abstenções, 2 do PCP, 1 dos CSC e 1 do BE. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro
1442 para declaração de voto.

1443 **Paulo Ribeiro** O sentido de voto na abstenção tinha a ver com a minuta do protocolo que deveria
1444 vir em anexo e porque também fechou o atendimento à população no Campo das Amoreiras, mas
1445 estavam completamente de acordo que este edifício possa albergar essa sala de formação do IEFP
1446 e que vai ser aberto a outras pessoas de fora da Freguesia, mas uma coisa não invalidava a outra.

1447 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo para declaração de voto.

1448 **Bruno Rolo** No princípio estão de acordo, mas infelizmente não houve abertura por parte da Junta
1449 de Freguesia para pelo menos dar alguma garantia mínima sobre as preocupações que levantaram,
1450 por isso não podiam votar a favor apesar de estarem de acordo com o princípio do protocolo e
1451 não entenderam que o protocolo inviabilizasse as outras propostas, como não houve essa abertura
1452 por parte da Junta, optaram por essa abstenção.

1453 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte para declaração de voto.

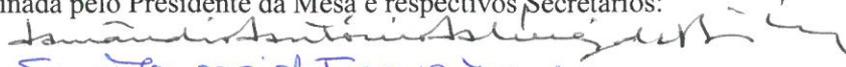
1454 **Ricardo Duarte** Não era a questão do protocolo porque viam com muitos bons olhos este
1455 protocolo, era mais a intransigência e a prepotência deste Executivo que não tem qualquer tipo de
1456 abertura em qualquer tipo de proposta que seja feita e a falta de informação do documento levou-
1457 os a não poder votar a favor, mas que ficasse bem claro que não era nada contra o protocolo.

1458 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Francisco Guimarães por pedido de interpelação
1459 à Mesa.

1460 **Francisco Guimarães** Ficou acordado nesta Assembleia que acabariam os trabalhos à 01:00
1461 horas, já passava meia hora acordada pela Assembleia.

1462 **Presidente da Assembleia** Para o ponto nº 6 da Ordem do Dia - Apreciação da Informação Escrita
1463 da Senhora Presidente da Junta e informação da situação financeira da Junta de Freguesia, será
1464 marcada uma reunião de continuação. Passou ao ponto nº 7 da Ordem do Dia - Apresentação e
1465 votação da ata em minuta referente às deliberações tomadas. Submeteu à votação a ata em minuta
1466 referente às deliberações tomadas, ao qual foi aprovada por unanimidade. Encerrou a sessão.

1467 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da
1468 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida
1469 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:

1470 O Presidente da Mesa: 

1471 O Primeiro Secretário: 

1472 O Segundo Secretário: 